

AS MANIFESTAÇÕES DE ABRIL

Coletânea – Paulo Timm – Org. – Para uso em sala de aula e apoio à pesquisa

A MAIORIA DOS MANIFESTANTES É DE CONSERVADORES



O fato

Protestos contra o governo acontecem em mais de 400 cidades neste domingo (12) - 12 abril

Protestos estão marcados para todos os Estados brasileiros, além de 11 países



Em 15 de março, 210 mil pessoas protestaram em São Paulo. E hoje, quantos serão? *Eduardo Enomoto/R7*

Pouco mais de um mês após o primeiro grande protesto contra seu governo, a presidente Dilma Rousseff será alvo neste domingo (12) de novas manifestações, que devem ocorrer em mais de 400 cidades brasileiras. Mas, ao contrário do protesto de 15 de março, o de 12 abril terá uma pauta unificada. Os três principais grupos de mobilização irão pedir o fim do mandato da presidente

No mês passado, apenas Revoltados Online e MBL (Movimento Brasil Livre) traziam o impeachment como objetivo central. Já o Vem Pra Rua ainda não defendia, ao menos oficialmente, o fim da atual gestão — embora lideranças do grupo tenham gritado o “Fora Dilma” durante o protesto realizado em São Paulo.

A mudança do Vem Pra Rua ocorreu em 29 de março. Em entrevista ao jornal O Estado de S.Paulo, o líder do grupo, o empresário Rogério Chequer, declarou que havia "um clamor muito alto" das bases do movimento para admitir o impeachment da presidente, desde que “dentro da lei”.

“Começamos a perceber várias iniciativas que trazem motivos novos, argumentações de que a presidente poderia estar sujeita a uma ação por crime comum”, disse Chequer à época.

O **R7** procurou o empresário na sexta-feira para comentar a mudança de postura, mas ele não atendeu ao pedido de entrevista. Em nota publicada em seu perfil no Facebook, o Vem Pra Rua anunciou dois objetivos para o 12 de abril: “Fora Dilma, desde que dentro da lei – Impeachment, cassação ou renúncia!” e “Proteção da operação Lava-jato – investigação e punição de todos os envolvidos nos casos de corrupção no petrolão”.

Segundo o Vem Pra Rua, ocorrerão protestos em ao menos 413 cidades, de todos os Estados brasileiros e de 11 países. O alcance de cidades será maior do que o registrado em 15 de março, quando cerca de **160 municípios registraram atos**.

Para MBL e Revoltados Online, impeachment

Diferente do Vem Pra Rua, os outros dois principais grupos de mobilização defendem abertamente o impeachment da petista.

Para Renan Santos, da coordenação nacional do MBL, nem o tema “corrupção” vai entrar na manifestação, por se tratar de “algo genérico”.

— Quando você vai pra rua reivindicar, você tem que ter um nome e endereço certo, para que o que você está fazendo tenha efetividade. A Dilma também pode reclamar contra a corrupção. Agora, quando eu falo que o protesto é contra ela, ela não pode soltar um pacote. O máximo que ela pode fazer é renunciar.

Segundo ele, existe uma motivação política para o pedido, mas com base jurídica.

— [O pedido de impeachment é baseado na] omissão da Dilma Rousseff, desde o período em que foi presidente do conselho da Petrobras, e depois como presidente da República, em atuar no tocante aos erros cometidos — erros não, erros é elogio — aos crimes cometidos por seus subordinados. A justificativa é essa.

Além disso, Santos ressalta que, com relação aos acordos de leniência com empreiteiras investigadas na Lava Jato, a presidente “deixou de aplicar a lei anticorrupção, implicando também em crime de responsabilidade”.

O MBL promete marcar presença em protestos em ao menos 200 cidades.

Já o Revoltados Online marcará presença principalmente em São Paulo, Brasília e Rio de Janeiro.

“Continua com o impeachment [como objetivo] e focando também no projeto que entregamos no Congresso Nacional, que é o fim das urnas eletrônicas e a volta do voto nas cédulas”, declarou Marcello Reis, fundador do grupo.

INDICE

As manifestações de 12 de abril – Paulo Timm

A classe C sai do paraíso - [André Barrocal](#)

O nome da crise - Paulo Arantes]

O sistema híbrido, a tempestade e seus responsáveis – Carlos Melo

Liberais, libertários e marxistas na geleia geral brasileira - Luiz Eduardo Soares

Uma triste nulidade - É impossível decifrar os objetivos atuais do Partido dos Trabalhadores - Fábio Konder Komparato

Não sei em que mundo eu vivo - Juremir Machado

Crise do governo Dilma excita as ruas e desafia a elite político País – M.Aurélio Nogueira

As ruas, sempre as ruas - Marina Silva

O esvaziamento das manifestações e o triunfo da mesmice – Aldo Fornazieri

De 15/03 A 12/04 - Marco Antonio Carvalho Teixeira

BH: pesquisa mostra que manifestantes foram às ruas contra o PT e os avanços sociais

Quem afundará primeiro: a imprensa ou a política? - [Eduardo Nunomura](#)

Quanto mais "rua", melhor - Marcelo Barbosa

MANIFESTAÇÕES DE 12 DE ABRIL



Manifestação Av. Paulista SP – abril12 – 250 mil



A cara das manifestações de 12 de abril

Paulo Timm

“Um bom pacto ajuda mais do que uma custosa cirurgia institucional”.

Paulo Fábio Dantas Neto, professor da Universidade Federal da Bahia

“A análise instigante do cientista político baiano ajuda a que se entenda, por exemplo, que o “fora Dilma” de hoje não contém em si nenhum passo à frente. As manifestações que têm se sucedido no País estão soltas no ar, carentes de cálculo racional e politização. Alimentam-se mais de decepção, ressentimento e frustração do que de busca de saídas coletivas.”

Marco Aurelio Nogueira – abril 12 ESP

<http://politica.estadao.com.br/blogs/marco-aurelio-nogueira/crise-do-governo-dilma-excita-as-ruas-e-desafia-a-elite-politica-do-pais/>

“Bem sei que se trata de caminho longo e difícil. Não se pode esquecer que na vida política o essencial é fixar um objetivo claro para o bem da comunidade, e lutar por ele. Não é deixar as coisas como estão, para ver como ficam”.

Fábio Konder Comparato é jurista e professor emérito da USP

<http://www.cartacapital.com.br/revista/843/uma-triste-nulidade-1714.html>

“Não se trata do número de pessoas que as manifestações de hoje reuniu. Menos gente nas ruas não significa menor insatisfação; ao contrário, pode até significar um aumento da desesperança, o

represamento de uma revolta que pode retornar mais forte depois de algum tempo”

[Marina Silva](#) in

“As ruas, sempre as ruas” publicado –<http://bit.ly/1FzzLY0>

A maior parte dos protestos recentes, caracterizados pela convocatória via internet e redes sociais, a exemplo dos Indignados da Espanha, do Occupy Wall Street e as manifestações de 2013, fracassaram. Mais progressistas ou mais conservadores, esses movimentos têm algumas características comuns: são marcados por forte conteúdo antipolítico e antipartidário e são avessos à liderança e à organização. As redes sociais se apresentam, assim, como a potência e, ao mesmo tempo, como o limite desses movimentos.”

Aldo Fornazieri in “[O esvaziamento das manifestações e o triunfo da mesmice”](#)

- [HTTP://JORNALGGN.COM.BR/NOTICIA/O-ESVAZIAMENTO-DAS-MANIFESTACOES-E-O-TRIUNFO-DA-MESMICE-POR-ALDO-FORNAZIERI#.V SUQV58-IEO.FACEBOOK](http://jornalggn.com.br/noticia/o-esvaziamento-das-manifestacoes-e-o-triunfo-da-mesmice-por-aldo-fornazieri#.vSUQV58-IEO.FACEBOOK)

Depositam-se hoje, vejam só, o grosso de muitas esperanças sobre Michel Temer. Conseguirá o vice, discreto e profissional, colocar ordem na lambança de modo a recuperar a paz da “bagunça organizada” que já tivemos? Não se sabe, ainda. Mas, mais que isto, é certo, não fará. O presente se conforma nessa besta híbrida do presidencialismo sem poder e do parlamentarismo sem credibilidade à deriva no labirinto aparentemente sem saída. O que pode um Temer se não enxergar que, pelo menos por enquanto, há apenas um túnel no fim da luz?

Carlos Melo, cientista político. Professor do Insper.

In “O sistema híbrido, a tempestade e seus responsáveis” - <http://qualidadedemocracia.com.br/2015/04/13/o-sistema-hibrido-a-tempestade-e-seus-responsaveis/>



*

Abre-se, doravante, a avalanche de avaliações das manifestações de hoje, 12 de abril. Múltiplas interpretações. Uma coisa é verdade: O movimento, em torno de um milhão de pessoas em todo o país, não foi um fiasco , nem foi um arrasador protesto. Deixa sua marca. Claro que cada um dos lados - Opositores e Governistas - vai procurar enaltecer ou subestimar, respectivamente, o movimento, de acordo com seus interesses. Aos analistas, nem aplausos nem velas, apenas tentar compreender e situar o evento no contexto mais geral de insatisfações populares, evidente no país de junho de 2013.

O caráter, primeiro, das manifestações é nitidamente anti-Dilma e anti-PT, portanto , claramente político. Não tem direção política definida, não tem apoio da sociedade civil organizada e tem como mecanismo de mobilização as redes sociais. Parece com os movimentos Occupy e Indignados, mas corre pela direita.

Para o Governo, que procurou subestimar o movimento, retirando-o do acompanhamento pelo Palácio do Planalto e da interferência da Presidente no processo, as manifestações demonstram menor ímpeto do que no mês anterior. Ampara-se o Governo não só nas estatísticas de presença popular aos eventos, bem menores do que no mês anterior, como no fato de que as pesquisas de opinião, hoje divulgadas, mostram um congelamento na queda do apoio à Presidente, em torno de 13%. Ou seja, o Governo, depois de queda vertiginosa de apoio, se estabiliza na baixa. Divulga-se, entretanto, que o governo se prepara melhor para futuras manifestações em seu apoio, evitando, dias antes, divulgação de medidas controversas , as quais poderiam embaraçar eventuais participantes, e mobilizando melhor as forças de apoio.

Os organizadores regionais da manifestação, diversos ao longo do país, ainda não se manifestaram, mas sabe-se que evitarão novas manifestações a curto prazo. Devem ter sentido o baque...Aécio Neves fez uma nota de praxe, sem novidades, ainda marcada pelo ressentimento da derrota. Zero à esquerda. Marina Silva, mais equilibrada, retoma o apoio à mobilização como fundamento de uma nova Política que preconiza.

Quanto à mídia, transcrevo um depoimento irretocável do jornalista [Alberto Villas](#) no Facebook:

"Os jornalistas da GloboNews mostraram hoje que são meio jornalistas e meio atores. Mantiveram a chama do entusiasmo acesa durante todo o dia, tentando convencer os telespectadores que estavam cobrindo o maior acontecimento do planeta, enquanto cinegrafistas custavam a driblar alguns cartazes pra não espantar o público e juntar gente numa mesma imagem, pra convencer que o Brasil inteiro estava nas ruas. Não deve ter sido fácil mostrar que aquele fóforo aceso tratava-se do maior incêndio da história. Os analistas, dispenso comentários. A GloboNews perdeu a cabeça, o juízo e a noção do ridículo. Erraram a mão. Um vexame jornalístico. Nunca tinha visto nada parecido antes, desde a minha primeira matéria, como foca, pro jornal 'Estado de Minas', em 1971."

De uma forma geral, resta, portanto tentar situar melhor as manifestações e apontar algumas de suas dimensões.

A conjuntura nacional é marcada, claro, por dois fatos interligados: Um descrédito generalizado do brasileiro nas instituições públicas, notadamente na Presidente Dilma, forçando-a ao recuo de entregar as rédeas do Governo para estranhos no ninho, seguindo, nisso, os conselhos de setores mais experientes do Partido, como o Presidente Lula. Verifica-se, também, em consequência disto tudo um enfraquecimento do próprio PT, não só em protagonismo, como em termos de preferência dos eleitores, já em torno de 10% quando já chegou a perto de 30%, e de filiados. Enfraquecimento não só no próprio Governo, como na capacidade para orientá-lo. É sabido que a Direção Nacional do PT, diante do quadro atual, estava a propor um deslocamento do Governo em sentido inverso, à esquerda, em busca de uma nova aliança. Esqueceu-se, porém, esta direção de "combinar com os russos", como diria o Garrincha diante dos apelos de Feola. Ou seja, de dizer como isto se faria e como isto ensejaria

algum tipo de Governabilidade. Governar, enfim, nos marcos institucionais, com vistas à manutenção e aprofundamento da democracia, não é o mesmo que organizar uma marcha de descontentes. Exige rigor teórico, consistência tática e capacidade de liderança. Concordando com Luiz Eduardo Soares, numa inspirada postagem no site Gramsci e o Brasil, citada por Marco Aurélio Nogueira - - <http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=1775> : *“Na melhor das hipóteses, a ideia de que a saída da crise está à esquerda somente tem como efeito a reprodução de um discurso bipolarizado que se vale do simbolismo do “nós” contra “eles” para manter a política em estado de tensionamento moral e turbulência.”*

O momento é particularmente crítico porque finaliza um longo período cujas origens estão no final do regime militar, quando se projetaram dois grupos liderados , respectivamente por Lula , à esquerda, e FHC, a direita. Ambos , com efeito, conduziram e representaram grande mudança no perfil histórico destas expressões. Velhos personagens de um e outro lado foram sepultados , destacando-se, sobretudo Leonel Brizola, que ainda tentou disputar , com ambos, a liderança da transição política. Não conseguiu. Perdeu em 1989 e veio a falecer cinco anos depois, ficando seu Partido à deriva. Outras expressões menores, Roberto Freire, à esquerda e ,tanto Marco Maciel como Paulo Maluf, à direita, foram reduzidos à coadjuvantes do próprio projeto tucano. O PCdoB mereceria uma reflexão mais profunda, pois não se dissolveu no PT. Soube manter sua identidade e vem crescendo ao longo das duas últimas décadas. Caso à parte...Mas coube, enfim, a Lula e FHC, ainda dominantes no cenário nacional, mudar tudo-Partidos, lideranças, alianças - ainda que avalizados, à distância pelo PMDB . Este perdeu a capacidade para liderar o processo e abdicou sabiamente de qualquer papel hegemônico desde 1994. Mas continuou sendo o maior Partido nacional, com maior número de Prefeitos e expressiva presença no Congresso Nacional. E onde há uma crise, lá está ele como fiel da balança. Sempre o PMDB. Na Republica do Sarney . Na Constituinte. No impeachment do Collor. Na barra dos Governos FHC e LULA. E novamente agora, na crise da Dilma, quando assume a articulação política da governabilidade.

Com a fragilização do PT, o momento fica mais tenso e imprevisível. Tudo indica que abrirá o espaço para uma reafirmação do PMDB, que não só já tem o comando virtual do país, como passa a ter uma alternativa para PRESIDENTE: Temer. Ele seria o que Paulo Fábio chama de “solução virtuosa” de um novo e grande arco na pavimentação de um caminho institucional comum até as eleições de 2018 . Para tanto ele – Michel Temer - deverá fortalecer seus laços com Renan Calheiros na tentativa de frear o ímpeto do Presidente da Câmara, E.Cunha. Socialmente, esta grande pugna ainda pouco perceptível, representaria um enfrentamento entre o centro cosmopolita da cidade somado às velhas oligarquias regionais com o turbilhão ascendente das massas suburbanas, susceptíveis ao canto retrógrado das consignas criacionistas, machistas e autoritários.



Com isso, o país volta ao que sempre foi: um imenso transatlântico singrando a modernização pelo centro conciliador. O risco da radicalização poderia levar, à esquerda, à “bolivarização”, ou, pela direita, ao Golpe, ambos muito pouco prováveis, não só porque não chegamos a uma situação de completa anomia e desgoverno, como talvez porque subsistam, ainda que em forma fragmentária e com expressão mais permissivista do que libertária, fundamentos democráticos na nossa cultura: instituições, costumes, aspirações.

A classe média, que fez a Abolição, que proclamou a República, que deu o conteúdo tenentista à Revolução de 1930, que sustentou a modernização industrial nos Anos Dourados e que engrossou a redemocratização liberal entre 1974 e 1988, deverá ter, novamente, um papel decisivo neste destino e, como sempre, tenderá para o centro, beneficiando o PMDB. Não por acaso, aliás, a Presidente Dilma começa, ainda que intimidada, a afirmar que o projeto social do Brasil é se transformar num país de classe média. O deslocamento do eixo de Poder para o PMDB e para o centro, porém, não se traduz como fascismo, como pretendem alguns, embora nele estejam inscritas algumas concessões conservadoras, sobretudo no campo trabalhista. Veja-se, por exemplo, a indignação do Senador Cristovam Buarque, do PDT-DF, diante do fato de seu próprio Partido haver votado a favor do projeto da terceirização. Aliás, aos que condenam em bloco a elite política nacional, como incapaz de responder às exigências de crise atual, é sempre bom lembrar, como faz Marco Aurélio Nogueira, cientista político, em várias de suas análises que esta elite não é nem monolítica, nem atua como manada. Há nuances, clareiras e tendências em seu seio, particularmente no maior dos Partidos, o PMDB, até mesmo pela sua natureza como articulador de interesses, ao estilo pós-moderno, mais do que síntese ideológica e programática. A democracia, enfim, apesar das bandeiras anti-Dilma das manifestações, ainda não está em causa no país. E os excessos verificados em muitas das inscrições nestas manifestações, entre elas o inquietante aplauso a Bolsonaro no Rio de Janeiro, respondem muito mais a surtos localizados de histeria anti-petista dos alguns participantes, do que um sentimento, seja do coração da nação, seja da classe média como um todo, seja dos próprios segmentos conservadores que hoje a detém os seus cordéis do país: Congresso Nacional, Grande Imprensa, PSDB, para não falar da maior liderança da Oposição, FHC.

A dura verdade para os manifestantes de 12 de abril é que, se de um lado conseguem reiterar que há insatisfação popular contra Dilma e seu Governo petista, por outro, fracassaram em seu intento

de mobilizar a classe média contra a Presidente sem o apoio de lideranças expressivas da sociedade. A consigna “Fora Dilma” , implícita no impeachment não colou. Paradoxalmente, os brasileiros estão exigindo mudanças, mas que não passam pelo passamoleque do golpe branco. Como sentencia Mino Carta em sua crônica sobre as manifestações: “é tolo e irresponsável quem acredita que “foradilma” é o “abracadabra” de um sortilégio que redime o Brasil.” Ou como diz Fábio Konder Comparato, jurista e professor emérito da USP

<http://www.cartacapital.com.br/revista/843/uma-triste-nulidade-1714.html> :

“ a via cirúrgica, do tipo *impeachment* da presidenta ou golpe militar, não só é ineficaz como deletéria.”



Brueghel – Cegos

É importante ressaltar nesse refluxo das manifestações de rua as diferenças, não só conjunturais do momento atual com 1964, em plena Guerra Fria, quando o pavor ao comunismo era muito mais epidêmico, como com o contexto nacional. Em 1964 as “Marchas com Deus pela Pátria e Liberdade”, que se constituíram no gatilho para o golpe militar, foram apoiadas pela Igreja, pela grande imprensa e pelo Partidos de Oposição, algo totalmente distinto dos dias de hoje. Aldo Fornazieri, Cientista Político, aponta, também

uma importante diferença entre as marchas dos “coxinhas” e a dos “caras pintadas” que ajudaram a derrubar Collor da Presidência:

“Tanto a Campanha das Diretas quanto o impeachment de Collor foram mobilizações que tiveram duas singularidades inteiramente diferentes desses protestos de 2015: 1) foram lideradas por organizações da sociedade civil e por partidos políticos e tinham líderes legítimos, reconhecidos pelo povo; 2) elas articulavam as mobilizações de rua com objetivos institucionalmente postos: a emenda das Diretas e o processo de impeachment no Congresso. Ou seja, aquelas manifestações tinham a possibilidade de produzir mudanças políticas e institucionais reais. Outra diferença daquelas manifestações em relação às de 2015 é que elas eram marcadas com um conteúdo progressista e democratizar, enquanto que as de agora têm vieses retrógrados (defesa do golpe militar) e conservadores (críticas a políticas sociais).”

Aldo Fornazieri in “[O esvaziamento das manifestações e o triunfo da mesmice](#)”

- [HTTP://JORNALGGN.COM.BR/NOTICIA/O-ESVAZIAMENTO-DAS-MANIFESTACOES-E-O-TRIUNFO-DA-MESMICE-POR-ALDO-FORNAZIERI#.VSUQV58-IEO.FACEBOOK](http://jornalgggn.com.br/noticia/o-esvaziamento-das-manifestacoes-e-o-triunfo-da-mesmice-por-aldo-fornazieri#.vsuqv58-ieo.facebook)

Em resumo , como diz Marco Aurélio Nogueira :” *Há no quadro atual pressões paralisantes, de caráter defensivo, e pressões mobilizadoras, que de algum modo podem potencializar a participação cidadã. Estas últimas ganharam alento com as manifestações de 15 de março e de hoje, 12 de abril, dando a sensação de que as ruas tenderiam a encurralar o governo. O problema é que os vetores de mobilização ainda não se combinaram com perspectiva política democrática, empurrando os cidadãos para atitudes de mágoa, frustração e ressentimento, facilmente capturadas por forças mais conservadoras e autoritárias, à direita e à esquerda.*” As manifestações de rua da Oposição, enfim, cumprem um papel, mas não engatilham nenhuma saída à vista. Daí porque tendam a arrefecer e talvez até desaparecer num futuro próximo. Na crua realidade da Política e das instituições o momento de hoje é substancialmente diferente daquele de março ou abril, já a caminho de um encaminhamento até 1918. O ideal seria que atravessássemos um trecho de transição, como o do Governo Itamar Franco, de congelamento de conquistas sociais e transparência nos processos de corrupção e de administração na esfera federal, eis que aí está o olho do furacão, tal como propõem

Marco Aurélio Nogueira, Luiz Eduardo Soares e Paulo Fábio Dantes, segundo este último :

“O futuro a buscar é uma governança transparente, rigorosamente refratária à corrupção, aberta à participação, respeitando os direitos históricos dos trabalhadores, comprometida com a pauta humanista, os direitos humanos, os direitos dos indígenas, com a sustentabilidade e a redução das desigualdades, e refratária a improvisações irresponsáveis de efeitos destrutivos, sob a forma de um capitalismo de Estado ou de um projeto populista desenvolvimentista”.

Isto dificilmente acontecerá. A terra se move, sibilaria Galileu, secundado pelas três Leis de Newton. A sociedade, em tempos de crise, mais ainda. Todos gostariam de garantir seu quinhão, mas isto dificilmente acontecerá. Uma pena! Salve-se, entretanto, a democracia. É de seu aprofundamento, em meio ao turbilhão de conflitos, que surgirão horizontes e lideranças.

A classe C sai do paraíso

A recessão e o ajuste fiscal desfazem o sonho emergente do Brasil

André Barrocal — publicado 29/03/2015 07:45, última
modificação 29/03/2015 07:53

<http://www.cartacapital.com.br/revista/841/a-classe-c-sai-do-paraíso-2615.html>



A aliança do operariado (Lula) com o empresariado (José Alencar)
se desfez

Leia também

[Polarização abafa debate sobre financiamento de campanha](#)

[Imposto sobre fortunas aguarda votação há 15 anos](#)

[Ajustes e desajustes](#)

[Como o dólar alto afeta a economia](#)

A direita não precisa de impeachment

Rafael Costabile tem 27 anos e não bateu painelas ou vaiou Dilma Rousseff durante seu pronunciamento em rede nacional de televisão no domingo 8, mas cogitava engrossar os protestos contra a presidenta uma semana depois, no dia 15. Em janeiro de 2014, Costabile foi demitido de uma fábrica de autopeças no ABC Paulista em consequência da crise no setor automotivo. Tentou a sorte em uma empresa do mesmo ramo montada por um parente, o negócio naufragou e hoje ele sobrevive de fretes com o caminhão emprestado por um tio. Não fosse o dinheiro enviado de Teresópolis, Rio de Janeiro, pelos pais, teria de largar a faculdade iniciada em 2013. “A situação está muito ruim há algum tempo, mas o governo tem mascarado a realidade”, acredita.

Talvez seja exagero acusar o governo de encobrir a verdade. O tipo de mal-estar manifestado por Costabile, provavelmente não.

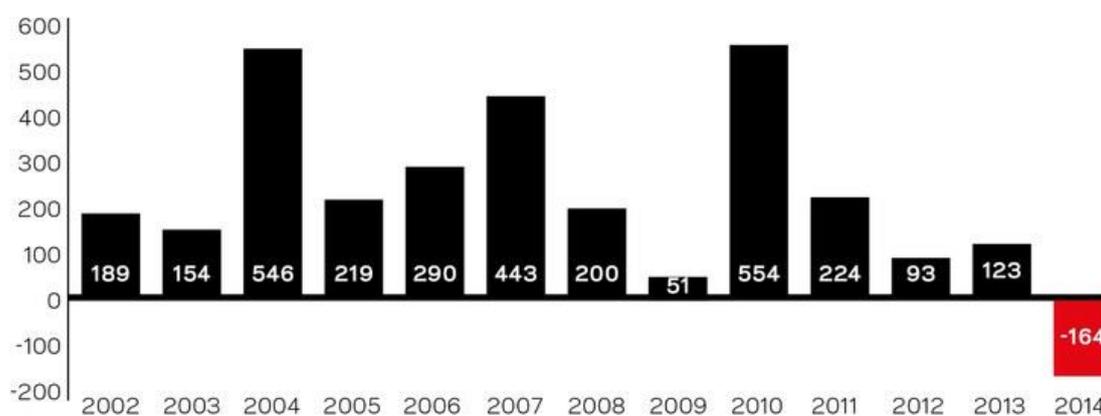
Aglomeram-se os indícios de que a mobilidade social assistida na era Lula, personificada na ascensão da classe C, erroneamente chamada de “nova classe média”, está sob risco. Pior: após anos de inclusão contínua nos diversos estratos sociais, alguns milhões de brasileiros saboreiam perda de status. A situação provoca um desencanto crescente com o governo Dilma Rousseff. A irritação se expressa menos no “panelaço” do domingo 8 ou nas convocatórias para a marcha do dia 15. Está nos levantamentos sobre a popularidade da presidenta. Pesquisas recentes não divulgadas revelam um quadro preocupante para o Palácio do Planalto: a desaprovação estaria perto de 70%, enquanto as menções de bom e ótimo mal passariam dos 10%.

As pistas de um princípio de retrocesso social estão na última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Professor aposentado do Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho da Unicamp, Waldir Quadros dissecou a Pnad de 2014,

com dados de 2013, e constatou um leve empobrecimento, inédito desde 2004. Ele dividiu a população em cinco estratos: miseráveis (renda mensal até 416 reais), massa trabalhadora (de 416 a 832), baixa classe média (de 832 a 2.080), média classe média (de 2.080 a 4.160) e alta classe média (acima de 4.160). Por esse critério, houve um efeito cascata de 2012 para 2013. Os dois estratos superiores desidrataram, o que inchou a baixa classe média. E a massa trabalhadora encolheu, o que levou ao aumento da camada de miseráveis. No total, 4,7 milhões de brasileiros experimentaram o declínio, obra de um PIB pífio e inflação perto dos 7% anuais. “A paralisia econômica de 2014 deve ter causado novos estragos. E com a recessão de 2015, a situação tende a piorar”, afirma Quadros.

DESMONTE

Geração líquida de empregos na indústria de transformação, em milhares



Fonte: Caged/MTE, incluindo as informações fora do prazo disponíveis

Fonte: Caged/MTE, incluindo as informações fora do prazo disponíveis

Especializado nos emergentes, Renato Meirelles, do Data Popular, não vê por ora encolhimento da classe C. Diante de pesquisas recentes, acredita, porém, que a mobilidade social da década

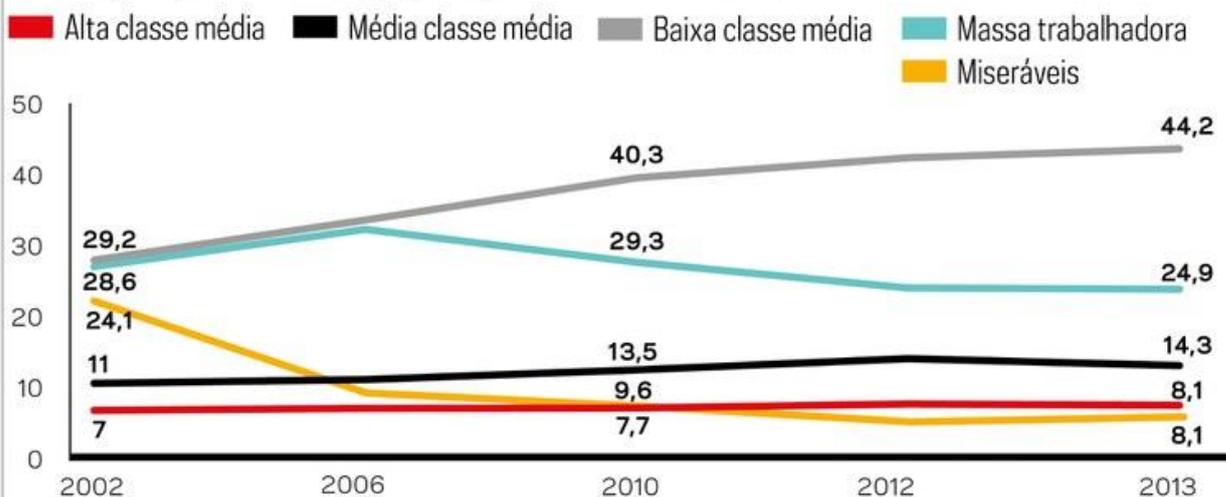
passada acabou. Evidência: hoje, 42% dos trabalhadores da classe C fazem “bico” para complementar a renda. O pessimismo da turma com o futuro do País é outro indicativo. Teme-se a alta da inflação (79%), estagnação salarial (49%) e dificuldades para arrumar emprego (55%). “A questão-chave é o mercado de trabalho”, diz Meirelles. “Foi o emprego que promoveu a ascensão da classe D para a classe C.” Base, diga-se, para o sucesso eleitoral do lulismo e do PT nas últimas três eleições presidenciais.

O início deste ano não anda bem no campo da “questão-chave”. Em janeiro, foram fechadas 81 mil vagas com carteira assinada, segundo o Ministério do Trabalho. Bilhete azul no primeiro mês do ano é normal, após as contratações temporárias do período natalino. O preocupante foi a intensidade do corte. Foi o pior janeiro desde 2009. A taxa oficial de desemprego, calculada a partir de seis regiões metropolitanas, saltou de 4,3%, em dezembro, para 5,3%. Um levantamento mais abrangente, também feito pelo IBGE, identificou o mesmo rumo. Alta de 6,5% para 6,8%.

A perda de fôlego na abertura de vagas foi visível em 2014. A criação de 396 mil postos com carteira assinada foi a menor desde 1998. Não era de se esperar que seguisse em ritmo acelerado, pois o País vive uma espécie de pleno emprego. O problema é a estagnação virar encolhimento. Um estudo recém-divulgado pela Organização Internacional do Trabalho prevê que o Brasil terá um desemprego ligeiramente crescente neste e no próximo ano, ao contrário da tendência mundial e dos países mais ricos. Clemente Lúcio Ganz, diretor do Dieese, também crê que o desemprego subirá. Calcula uma taxa entre 8% e 10% neste ano, uma alta e tanto. E avisa: “Quem se desacostumou vai ver a dificuldade de negociar aumento de salário com aumento de desemprego e queda da produção”.

ELEVADOR PARADO

Estratificação social da população brasileira. Em %



Fonte: Elaboração do economista Waldir Quadros com base em dados da Pnad

Fonte: elaboração do economista Waldir Quadros com base em dados da Pnad

O nipo-brasileiro Alcídio Shiniti Asada torce para a situação no exterior ser mesmo melhor. Asada foi por 21 anos operário em indústrias japonesas. Em 2011, diante da crise global e dos efeitos do tsunami que afundou ainda mais a economia do Japão, retornou ao Brasil. Primeiro plantou hortaliças no interior do Maranhão, depois montou uma oficina de costura com parentes em Goiânia. Cansado de trabalhar muito e ganhar pouco, decidiu fazer o caminho inverso. “Aumentaram os preços de materiais, de energia e de manutenção das máquinas, mas meus clientes se recusam a reajustar o preço das peças que faço. No fim das contas, cada sócio tira mil reais por mês. Mesmo no auge da crise, vivia bem melhor no Japão.”

O engenheiro civil Vinícius Silva Fernandes, de 24 anos, acaba de voltar ao mercado de trabalho após ser demitido. Ganhará metade do salário anterior. Em janeiro, foi mandado embora em companhia

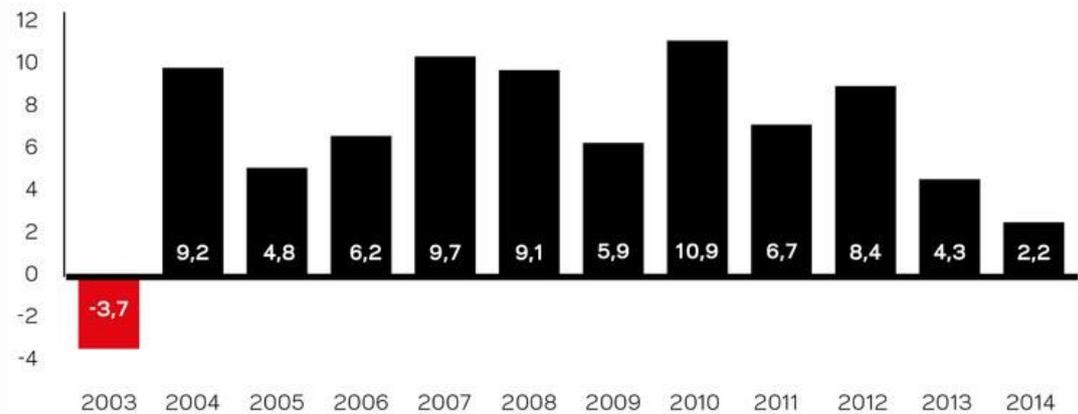
de mais 20 colegas de escritório por uma construtora de Goiânia especializada em imóveis de classe média e do programa Minha Casa Minha Vida. Dos 17 projetos previstos para 2015, dez foram adiados. Um cenário que a atual política econômica, incluídos os juros mais altos, só agrava. “O pessoal pode ficar decepcionado com as taxas de financiamento. Além disso, nem toda construtora tem caixa. A minha antiga empresa captava recursos em bancos, mas o custo dos empréstimos aumentou.”

Nas fábricas, de maneira geral, 2014 já foi de enxugamento. Entre admitidos e dispensados, a força de trabalho na indústria de transformação reduziu-se em 164 mil funcionários, diz a Fiesp. Apesar das dificuldades não tão recentes do setor, não se registravam mais demissões do que contratações desde 2002. A pergunta relevante é se a deterioração do parque industrial, afetado pela facilidade de importar no período do dólar barato e pela perda de mercado externo por conta da crise internacional, atingiu seu ápice ou se dias piores virão.

Em janeiro, a indústria voltou a contratar, e o dólar na casa dos 3 reais tende a ajudar, desde que a cotação se mantenha neste nível ou acima por um longo período. A confiança dos industriais anda, porém, próxima dos rodapés. Após uma recente reunião em São Paulo de grandes empresários do setor com o ministro do Desenvolvimento, Armando Monteiro, a Confederação Nacional da Indústria divulgou um comunicado de forte teor. “A sobrevivência da indústria está ameaçada”, resume a nota. A entidade aponta “extrema preocupação com as perspectivas de recessão na economia e seus reflexos sobre o investimento e o nível de emprego.” E cobra Brasília. O ajuste fiscal precisa ser acompanhado de medidas em favor da retomada do crescimento.

FIM DE FESTA

Índice de volume de vendas no comércio varejista. Em %



Fonte: IBGE - Pesquisa mensal de comércio

Fonte: IBGE - pesquisa mensal de comércio

A perspectiva é um pouco melhor no comércio, onde também é possível captar sinais de breque ou recuo na mobilidade social. O setor viveu um boom com a expansão da classe C na década passada. As vendas anuais subiam a taxas chinesas, entre 9% e 10%. No ano passado, tudo mudou. O comércio teve a menor geração de empregos em dez anos, 184 mil vagas. As vendas aumentaram só 2,2%. Para 2015, não há ímpeto contratante, e a expectativa é de estagnação do faturamento, diz o economista-chefe da Confederação Nacional do Comércio, Carlos Thadeu de Freitas. Motivo: juros em alta, redução do emprego e estagnação da massa salarial. “Este será um ano de transição, podemos até ter a primeira queda nas vendas desde 2003”. Não se vislumbra uma volta aos anos dourados nem se o PIB acelerar. Os consumidores já satisfizeram suas vontades imediatas (celular, tevê, geladeira etc.), e é normal que gastem de outra forma. “Caso a inflação e os juros caiam em 2016, poderemos voltar a nos expandir, mas será um crescimento vegetativo.”

Uma das estrelas do varejo, o Magazine Luiza sentiu na Bolsa de Valores o impacto do ajuste fiscal. O anúncio da suspensão temporária do programa Minha Casa Melhor, de juro barato para a compra de eletrodomésticos, derrubou o valor das ações da empresa. Varejista mais modesto, Christos Nicolas vende roupas masculinas em Brasília e tem sofrido diretamente. Faturou 20% a menos no Natal e 30% neste início de ano. Na mesma calçada de seu estabelecimento, há cinco lojas com placas de aluguel e venda de ponto. Várias razões pertinentes à situação da capital federal engrossam os motivos do marasmo dos negócios, entre elas o atraso no pagamento de salário dos servidores públicos locais e o valor alto dos imóveis. Mas Nicolas aponta causas nacionais, a começar pelos juros altos. “O cenário é desolador.”

O ajuste fiscal ameaça ainda um bem-sucedido programa indutor de mobilidade social nos últimos cinco anos. O financiamento a estudantes universitários, Fies, beneficia 1,9 milhão de alunos, dos quais 91% oriundos de famílias com renda per capita de até dois salários mínimos. O programa cresceu tanto nos anos Dilma que a partir de dezembro o Ministério da Educação passou a adotar medidas que, na prática, limitam o acesso. Em 2010, havia 76 mil alunos e financiamento de 1 bilhão de reais. No fim de 2014, o dispêndio era de 14 bilhões de reais. De 2015 em diante, o candidato ao Fies precisará tirar nota mínima de 450 pontos no Enem, a exemplo do que ocorre no ProUni. As faculdades dispostas a admiti-lo não poderão corrigir a mensalidade acima da inflação de 2014 e só vão receber do governo 8 pagamentos mensais, em vez de 12.

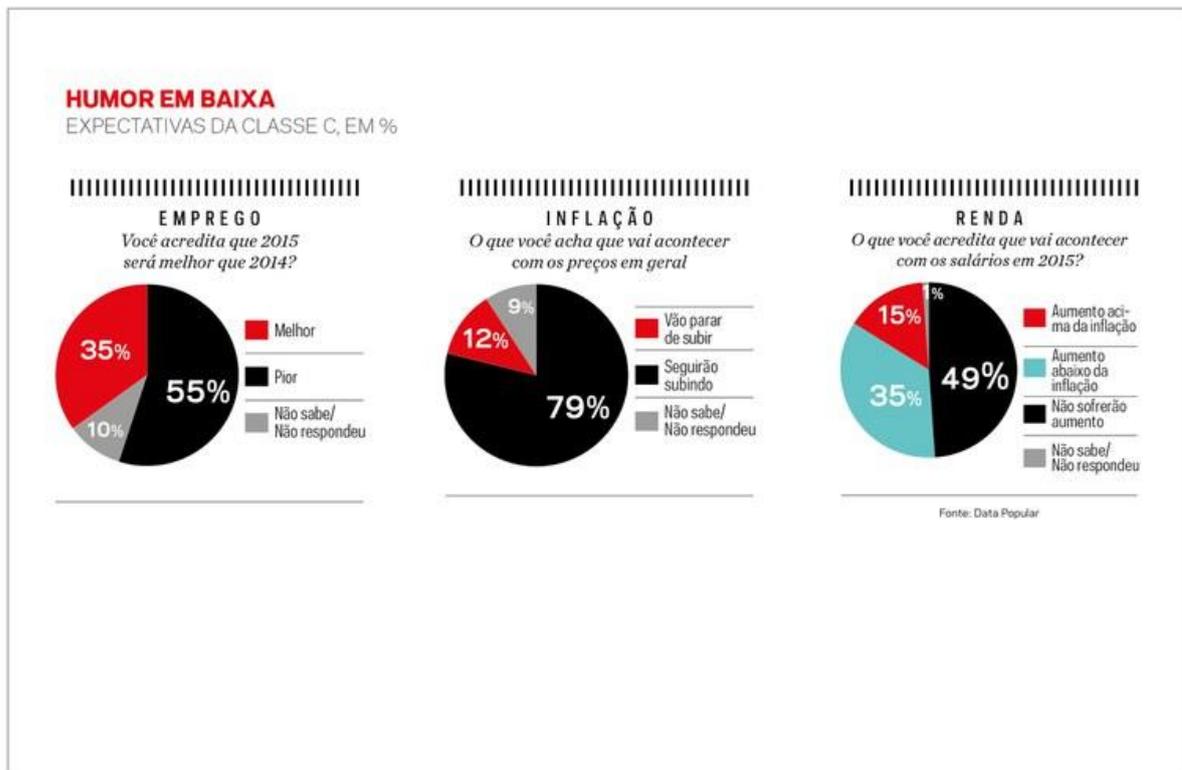
A reformulação nasceu de uma desconfiança do ministério: o Fies teria sido capturado por faculdades mais interessadas em faturar do que em ensinar. Participar do programa é um ótimo negócio. Um dinheiro fácil e garantido, o que talvez explique o motivo, nos últimos dois anos, de a empresa mais valorizada na Bolsa de

Valores ser do ramo educacional. O ajuste fiscal foi, porém, decisivo para a implementação imediata das novas regras. A paulista Bianca Galdino, de 18 anos, entende o significado. Filha de um servidor público e uma recepcionista, sempre estudou em escola pública. Trabalhou em uma churrascaria em 2014 para complementar a renda da família, prestou vestibular para veterinária em 2015 e passou. Graças ao novo Fies, sofreu para habilitar-se. No fim das contas, conseguiu.

A ampliação do número de universitários por meio de programas como o Fies e o Prouni foi uma das razões para o desemprego ter caído em 2014, apesar da paralisia do PIB. Mais alunos optaram por não trabalhar e só estudar, decisão facilitada pela folga no orçamento da família. Se os pais perderem o emprego agora, talvez os filhos tenham de buscar uma ocupação, o que afetaria o mercado de trabalho. Uma hipótese preocupante, segundo Marcio Pochmann, ex-presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

A estagnação em 2014 e a recessão em 2015, explica Pochmann, encerram uma “trajetória sem futuro iniciada em 2011”, primeiro ano do governo Dilma. O País crescera 7,5% em 2010, e o Executivo resolveu reduzir a marcha, para conter a inflação. Exagerou, ao cortar mais de 50 bilhões de reais do Orçamento. E deu azar por ter tomado a medida no momento em que a crise global sofria um refluxo. Dali em diante, diz, a desaceleração econômica desanimou os empresários e segurou a arrecadação. Em todo o mandato, Dilma comandou o caixa estatal de modo defensivo, a fim de salvar empregos e reduzir a pobreza. Resultado: as contas públicas chegaram combalidas a 2014, com um déficit recorde de 0,6% do PIB. “A coalizão política que chegou ao poder em 2003 com um trabalhador, Lula, e um industrial, José Alencar, esfacelou-se”, opina o economista. “A coalizão do Plano Real, liderada pelo

rentismo e pelo PSDB, tenta se impor desde a eleição graças a isso.”



Fonte: Data Popular

Com os cofres públicos esvaziados, a esperança do Palácio do Planalto para reacender a economia são os investimentos privados e as exportações. Medidas de incentivo às vendas externas logo serão anunciadas. Para estimular os investimentos, o governo promete novas concessões de infraestrutura. Há uma série de projetos em estradas, ferrovias, aeroportos, portos e hidrovias, e a ideia é começar os leilões ainda neste semestre. O Planalto sonha em atrair nacos da montanha de dinheiro despejado no mercado pelos governos de alguns países ricos. Em especial, os 60 bilhões de euros injetados por mês na União Europeia e os 60 bilhões de dólares mensais do Japão. As investigações da Lava Jato, que atingem as maiores empreiteiras do País, atrapalham, no entanto, esses planos.

Reside nessa estratégia a obsessão do governo pelo ajuste fiscal. É com a austeridade que Brasília espera convencer as agências de *rating* a não reduzir as notas do País e manter o “grau de investimento”. Sem o selo das agências será difícil seduzir os estrangeiros. Certos fundos de pensão internacionais são proibidos por estatuto de aplicar em lugares sem “grau de investimento”. Alguma sinalização das agências sairá em breve. Se for negativa, o governo sofrerá um baque em um ambiente político já bastante tenso.

A preservação do *rating*, na visão de uma autoridade, é uma pré-condição para o capital estrangeiro continuar a fluir para o Brasil, mas não garante o sucesso das novas concessões, justamente por causa da situação das maiores construtoras do País. Só um acordo de leniência entre as empresas e a Controladoria-Geral da União seria capaz de colocá-las novamente em condições de participar dos leilões. Mas o acordo, diz a fonte, tem sido criminalizado pela mídia e o Ministério Público Federal.

A obsessão pelo “grau de investimento” parece fazer o Ministério da Fazenda sentir-se com “carta branca” para implementar um ajuste fiscal “apressado” e “fácil”, opina o economista e consultor Antonio Corrêa de Lacerda, da PUC de São Paulo. Por isso, analisa, o governo optou por restringir o seguro-desemprego e o abono salarial sem pensar em uma maneira de tributar os mais ricos. Pior, afirma, o Banco Central não para de subir a taxa básica de juros, o que eleva o peso da dívida pública. “A política monetária pode comprometer os resultados almejados na política fiscal.”

Nos últimos dias, Dilma e seus principais ministros empenham-se em convencer a plateia desconfiada de que até o fim do ano a economia voltará a crescer. O mergulho de agora seria uma “travessia”. A confirmação do prognóstico parece vital para a popularidade da presidenta, a curto prazo, e do lulismo, a longo. Economia em desordem afeta a popularidade governamental em

qualquer lugar, lembra Marcos Coimbra, diretor do Vox Populi. O problema específico da presidenta foi seguir um rumo em choque com o prometido na eleição. “Ela fez uma campanha centrada na ideia de que algumas coisas eram intocáveis, mas o governo agora mostra que são tocáveis”, diz ele. “O painel não está nem aí para esse descompasso, mas aqueles que votaram nela, apesar do que dizia a Globo, estão.”

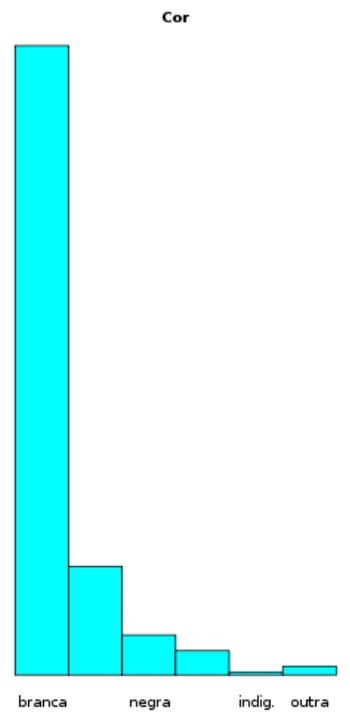
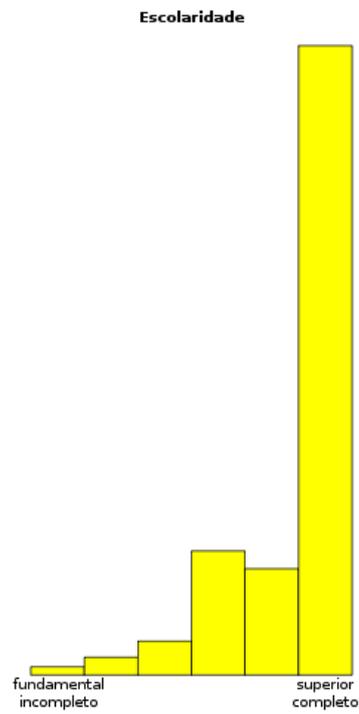
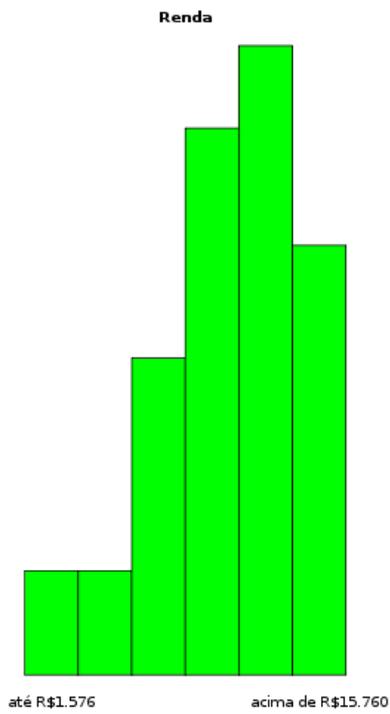
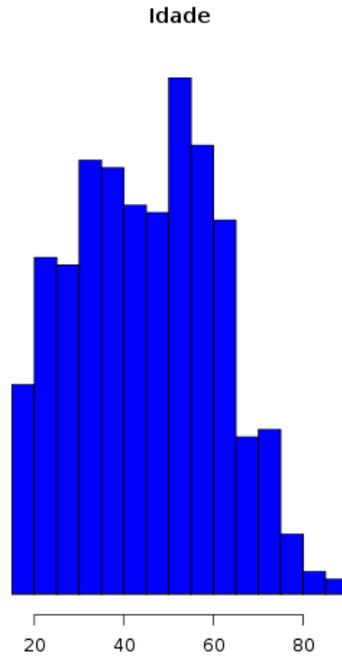
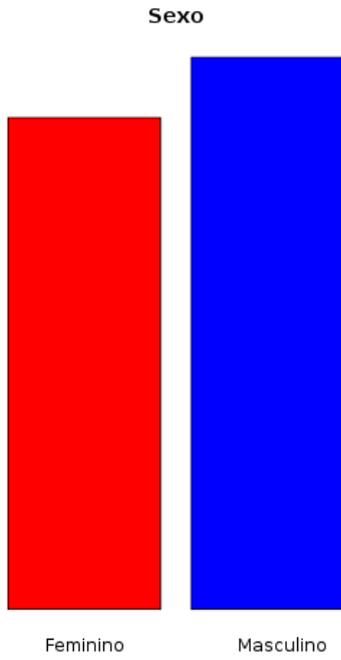
Após uma “aposta de risco”, Dilma não tem mais gordura para queimar. “Caso os resultados apareçam até 2017”, diz Coimbra, “não haverá perda de base política e social, e o PT estará pronto para ganhar mais uma eleição.” Se ela terá tempo e se será bem-sucedida é a grande incógnita que move, ou melhor, paralisa o Brasil neste início de março.

**Colaboraram Miguel Martins
e Rodrigo Martins*

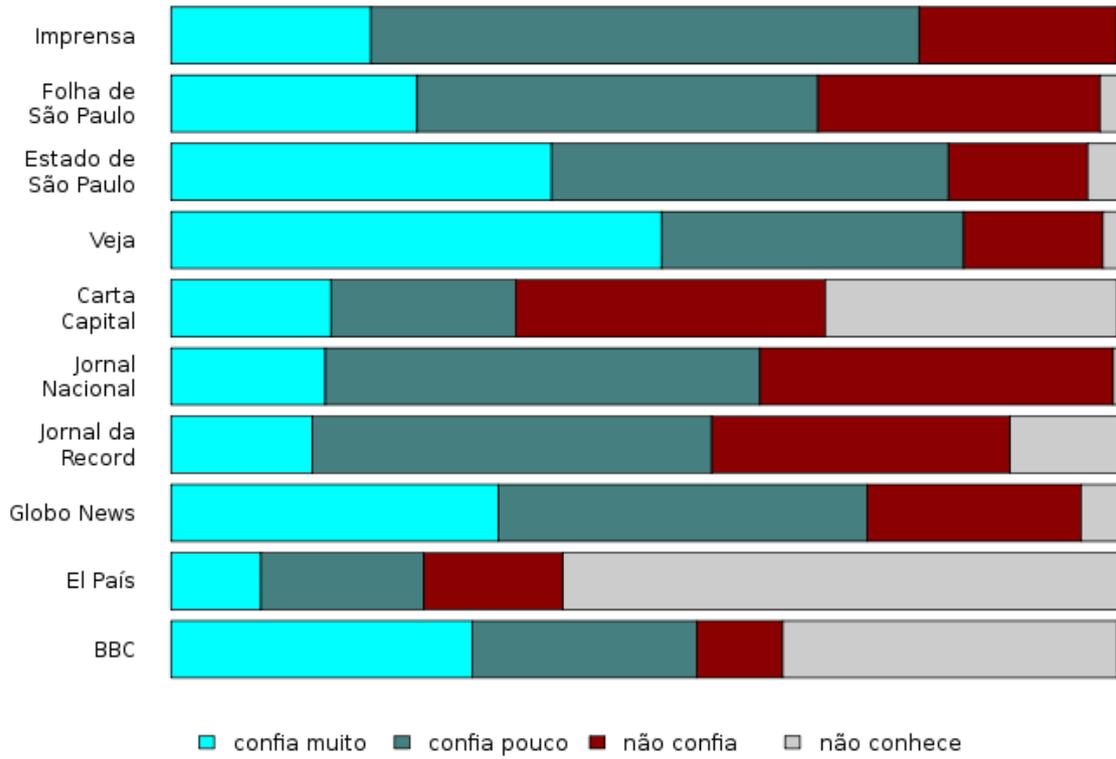
Pesquisa com os participantes da manifestação do dia 12 de abril de 2015 sobre confiança no sistema político e fontes de informação

Foram realizadas 571 entrevistas com manifestantes maiores de 16 anos. As entrevistas foram conduzidas entre as 13:30 e as 17:30 do dia 12 de abril e distribuídas por toda a extensão da Avenida Paulista.

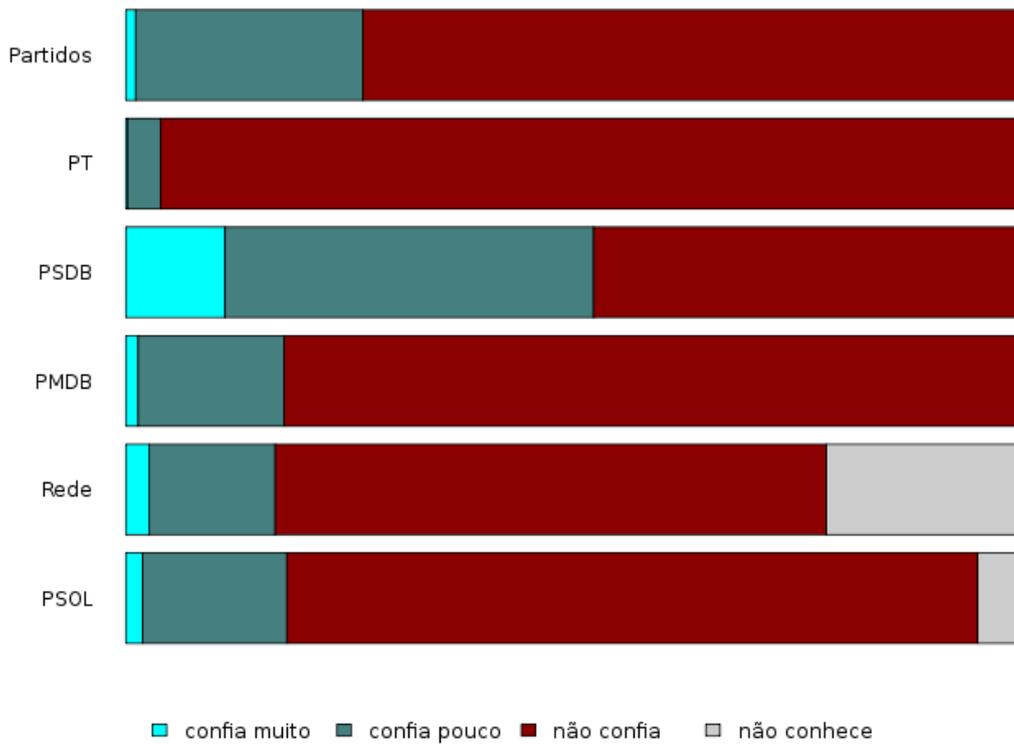
Margens de erro de até 2.1 %



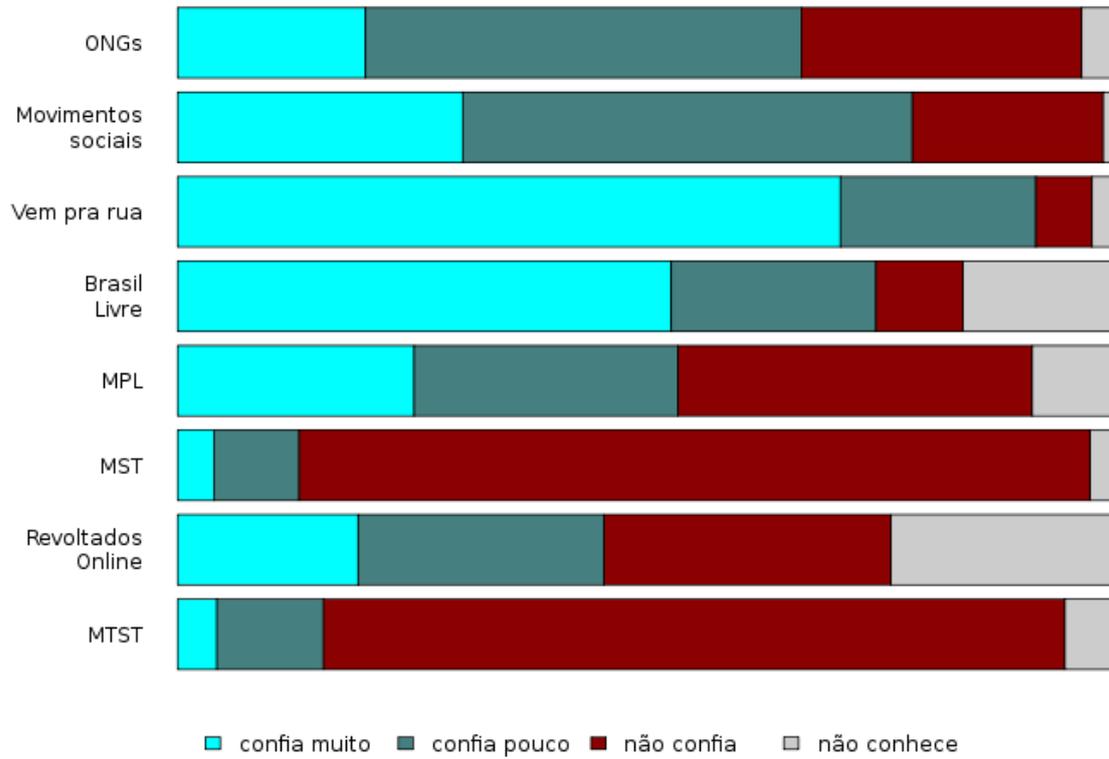
Confiança na imprensa



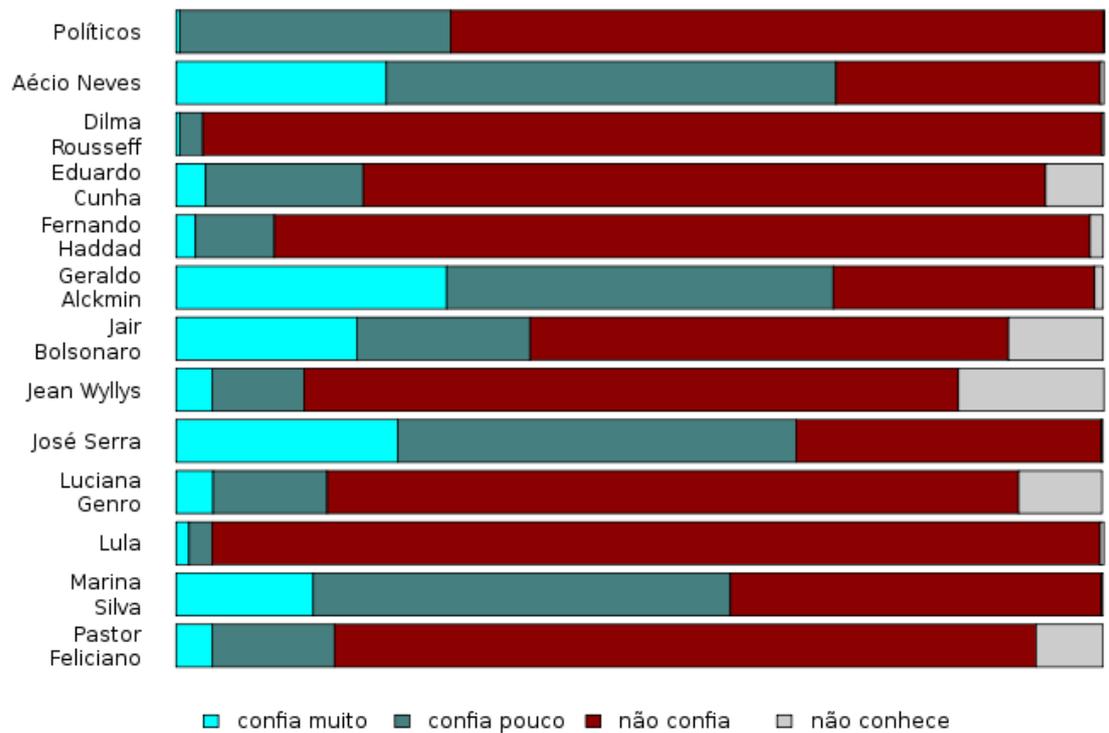
Confiança nos partidos



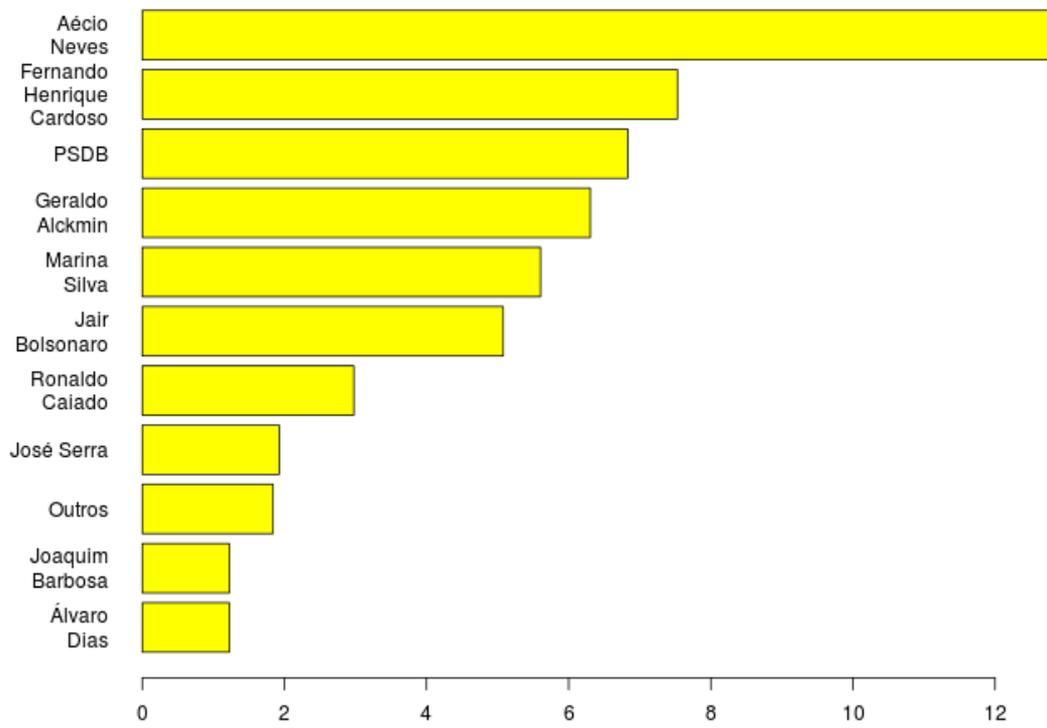
Confiança nos movimentos sociais



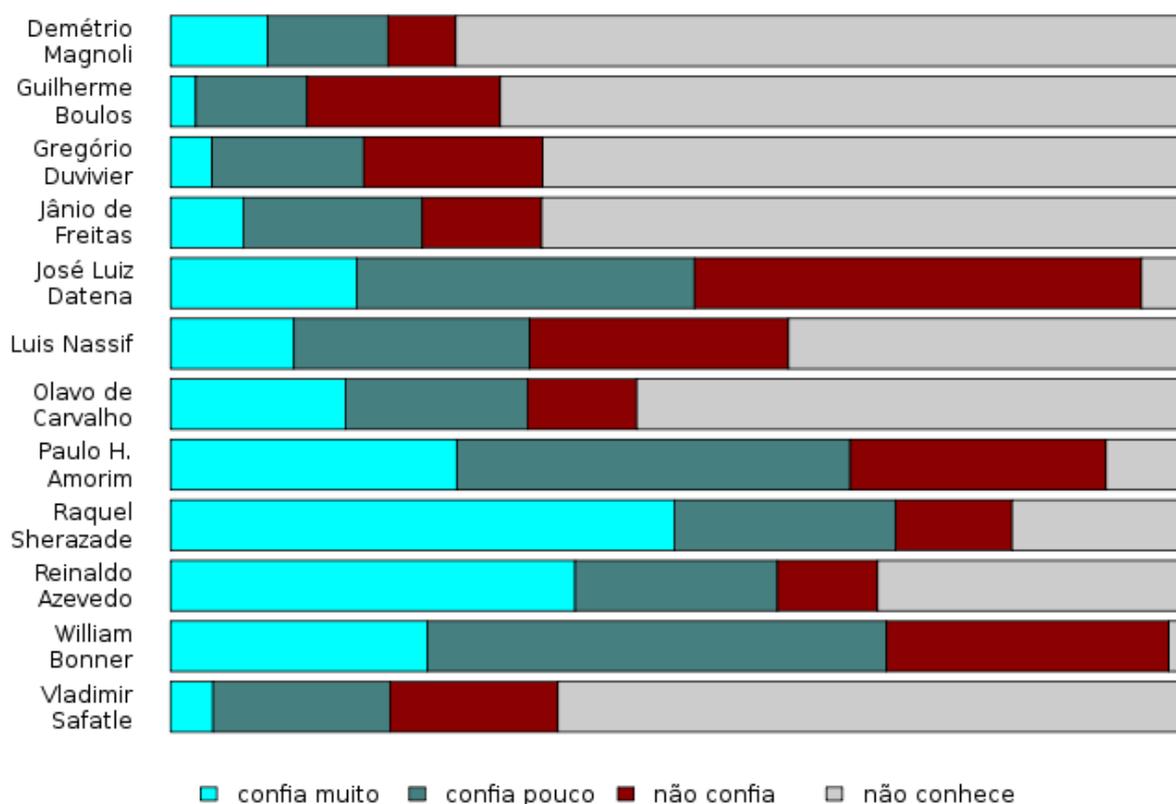
Confiança nos políticos



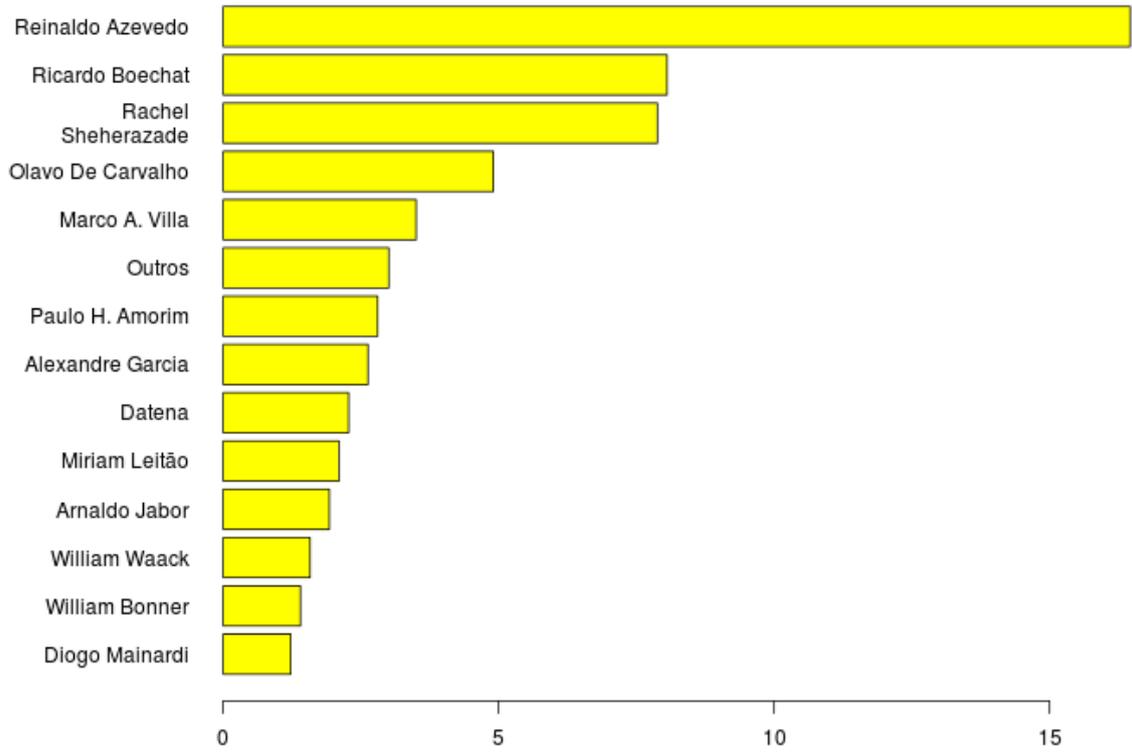
Liderança política (%)



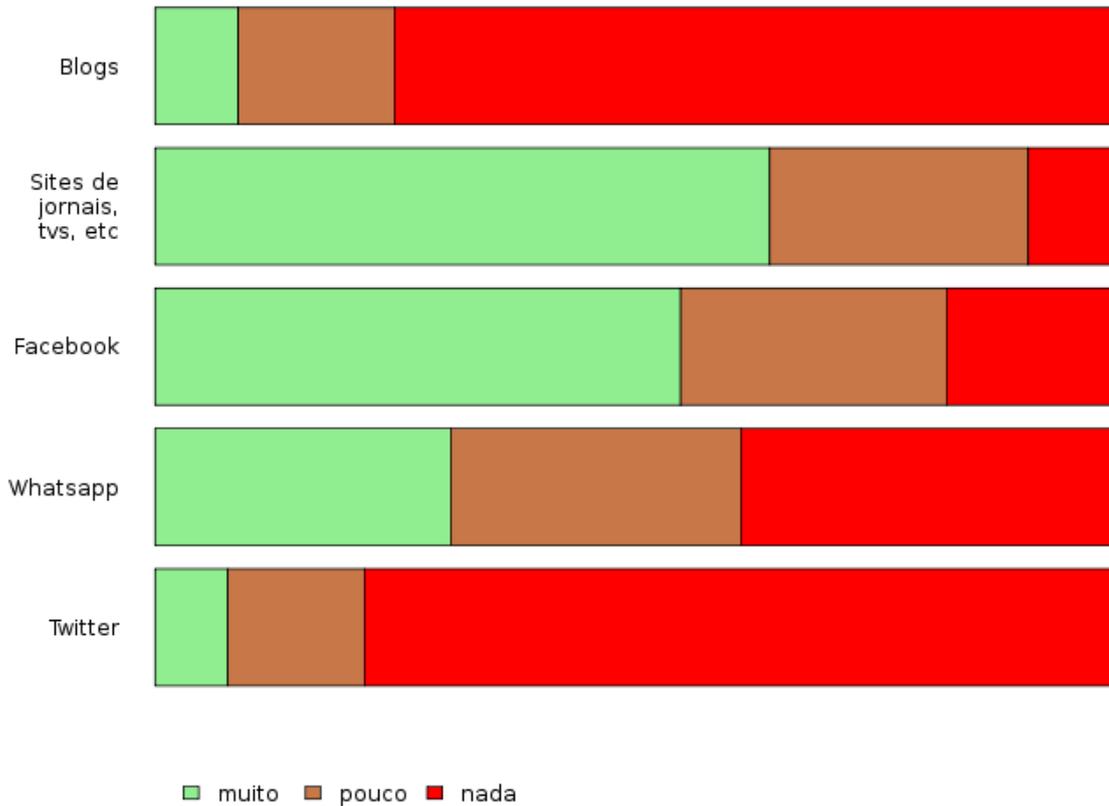
Comentaristas políticos



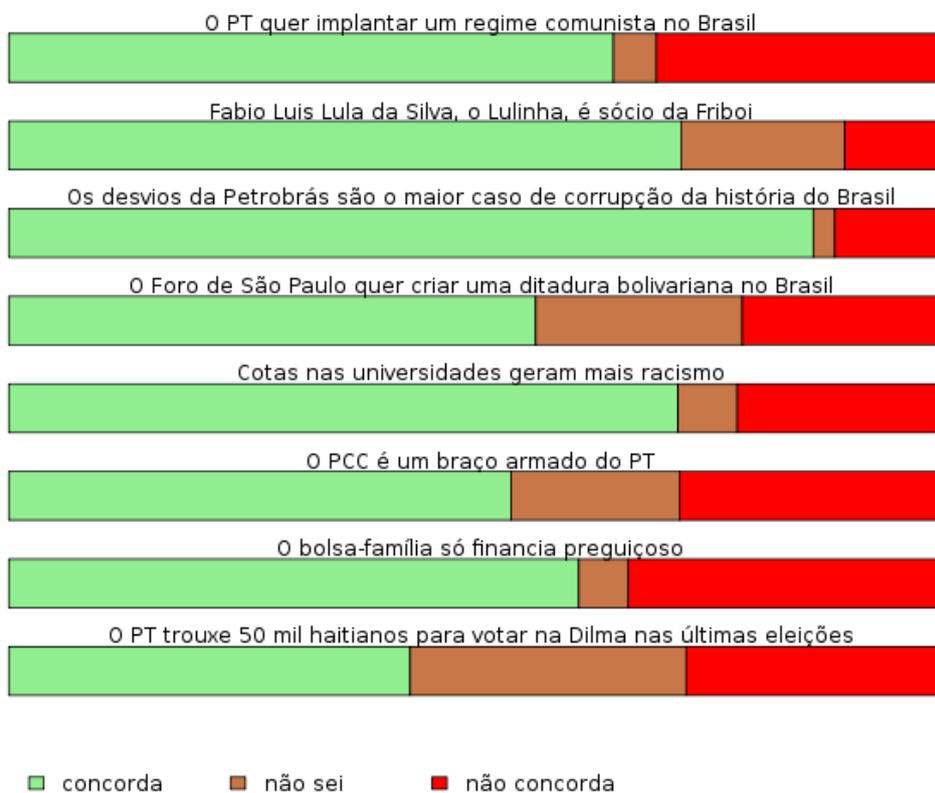
Comentarista Político (%)



Fontes de informação sobre política



Concordância com frases



Tabelas de dados

Sexo

	Sexo
Não respondeu	0.40
Feminino	46.90
Masculino	52.70

Idade

	Idade
16-25	15.40
26-35	20.20

36-45	19.10
46-55	21.10
56-65	15.40
66-75	6.80
76-85	1.90

Renda

	Renda
Não respondeu	3.30
até R\$ 1.576	4.70
de R\$ 1.576 a R\$ 2.364	4.70
de R\$ 2.364 a R\$ 3.940	14.40
de R\$ 3.940 a R\$ 7.880	24.80
de R\$ 7.880 a R\$ 15.760	28.50
acima de R\$ 15.760	19.50

Escolaridade

	Escolaridade
Não respondeu	0.00
fundamental incompleto	0.90
fundamental completo	1.90
médio incompleto	3.70
médio completo	13.50

superior incompleto	11.60
superior completo	68.50

Cor

	Cor
Não respondeu	0.00
branca	77.40
parda	13.30
preta	4.90
amarela	3.00
indígena	0.40
outra	1.10

Confiança na imprensa

	Imprensa	Folha de São Paulo	Estado de São Paulo	Vej	Carta Capital	Jornal Nacional	Jornal da Record	Globo News	El Países	BB C
Não respondeu	0.20	0.00	0.00	0.00	0.40	0.40	0.40	0.20	0.20	0.40
confia muito	21.00	26.00	40.20	51.80	16.80	16.30	14.90	34.50	9.50	31.70
confia pouco	57.80	42.30	41.90	31.90	19.50	45.70	42.00	38.90	17.20	23.60

não confia	20.80	29.80	14.70	14.70	32.60	37.10	31.30	22.60	14.70	9.10
não conhece	0.20	1.90	3.20	1.60	30.70	0.50	11.40	3.90	58.50	35.20

Confiança em partidos

	Partidos	PT	PSDB	PMDB	Rede	PSOL
Não respondeu	0.50	0.20	0.20	0.20	0.70	0.20
confia muito	1.10	0.20	11.00	1.40	2.60	1.90
confia pouco	25.20	3.70	41.20	16.30	14.00	16.10
não confia	73.20	96.00	47.60	81.80	61.10	77.10
não conhece	0.00	0.00	0.00	0.40	21.50	4.70

Confiança em ONGs e Movimentos Sociais

	ONGs	Movimentos sociais	Vem pra rua	Brasil Livre	MPL	MST	Revoltados Online	MTS T
Não respondeu	0.70	0.20	0.20	0.20	0.20	0.20	0.20	0.20
confia muito	20.00	30.50	70.80	52.70	25.20	3.90	19.30	4.20
confia pouco	46.20	48.00	20.80	21.90	28.20	9.10	26.30	11.40
não confia	29.80	20.30	6.00	9.30	37.80	84.40	30.60	79.20

não conhece	3.30	1.10	2.30	15.90	8.60	2.50	23.60	5.10
-------------	------	------	------	-------	------	------	-------	------

Confiança em políticos

	Políticos	Aécio Neves	Dilma Rousseff	Eduardo Cunha	Fernando Hadad	Geraldo Alckmin	Jair Bolsonaro	Jean Wyllys	José Serra	Luciana Genro	Luiza	Marina Silva	Pastor Feliciano
Não respondeu	0.90	0.40	0.40	0.40	0.50	0.50	0.50	0.50	0.50	0.50	0.50	0.70	0.70
confiança muito	0.40	22.60	0.40	3.20	2.10	29.10	19.40	3.90	23.80	4.00	1.40	14.70	3.90
confiança pouco	28.90	48.30	2.50	17.00	8.40	41.50	18.60	9.80	42.70	12.30	2.50	44.70	13.10
não confia	69.90	28.40	96.70	73.40	87.60	28.00	51.30	70.20	32.70	74.30	95.30	39.80	75.10
não conhece	0.00	0.40	0.20	6.10	1.40	0.90	10.20	15.60	0.20	8.90	0.40	0.20	7.20

Fontes de informação sobre política

	Twitter	Whatsapp	Facebook	Sites de jornais, tvs, etc	Blogs
--	---------	----------	----------	----------------------------	-------

Não respondeu	13.00	13.80	13.80	12.40	12.80
muito	6.70	26.60	47.30	56.20	7.50
pouco	12.40	26.10	24.00	23.60	14.20
nada	68.00	33.50	14.90	7.70	65.40

Confiança em comentaristas políticos

	Demétrio Magnoli	Guilherme Boulos	Gregório Duvivier	Jânio de Freitas	José Luiz Datena	Luis Nassif	OlaVo de Carvalho	Paulo H. Amorim	Raquel Sherazade	Reinaldo Azevedo	William Bonner	Vladimir Safatle
Não respondeu	1.10	0.90	1.10	0.90	0.90	0.90	0.70	0.90	0.90	1.10	0.90	0.90
confiama muito	9.50	2.50	4.00	7.20	18.20	12.10	17.20	28.00	49.40	39.60	25.20	4.20
confiama pouco	11.70	10.90	14.90	17.50	33.10	23.10	17.90	38.50	21.70	19.80	45.00	17.30
nãonão confia	6.70	18.90	17.50	11.70	43.80	25.40	10.70	25.00	11.40	9.80	27.70	16.50
nãonão	71.1	66.8	62.5	62.	4.0	38.	53.6	7.5	16.60	29.8	1.2	61.1

conhece	0	0	0	70	0	50	0	0		0	0	0
---------	---	---	---	----	---	----	---	---	--	---	---	---

Concordância com as frases

	O PT quer implantar um regime comunista no Brasil	Fabio Luis Lula da Silva, o Lulinha, é sócio da Friboi	Os desvios da Petrobras são o maior caso de corrupção da história do Brasil	O Foro de São Paulo quer criar uma ditadura bolivariana no Brasil	Cotas nas universidades geram mais racismo	O PCC é um braço armado do PT	O bolsa-família só financia preguiçoso	O PT trouxe 50 mil haitianos para votar na Dilma nas últimas eleições
Não respondeu	1.40	0.70	0.70	1.10	1.20	1.20	1.10	1.20
concorda	64.10	71.30	85.30	55.90	70.90	53.20	60.40	42.60
não sei	4.60	17.30	2.30	21.90	6.30	17.90	5.30	29.20
não concordava	29.90	10.70	11.70	21.20	21.50	27.70	33.30	27.00

Coordenação da pesquisa: Pablo Ortellado (USP), Esther Solano (Unifesp)

Entrevistadores: Alencar Mattje, Beatriz Candiotto, Bruno Lourenço, Caique Duarte, Carol Tomás, Carolina Martins, Felipe Cesar, Giovana Beltrame, Guilherme Gomes, Guilherme Tacini, Hércules Laino, Julia Castilho, Julia Jubileu, Késia Pereira, Klaus Hermann, Leonardo Simioni, Lucas Marques, Maria Cláudia Barbesco, Marina Moreira, Marina Rongo, Mateus Ferreira, Matheus Fava, Paula Cappelletti, Paulo Lugoboni, Pedro Grote, Pedro Henrique Costa, Petrus Valeriani, Raquel Tiemi, Rayane Lima, Vitos Torsani

Diigitadores: Andressa Almeida, Beatriz Candiotto, Caique Duarte, Felipe Cesar, Heidy Motta, Helena Curan, Késia Pereira, Larissa Gattei, Maria Cláudia Barbesco

Tratamento estatístico: André Chalom

Apoio: Fundação Ford e Lucia Nader

Agradecimento: Matilha Cultural

O nome da crise

Paulo Arantes: Publicado em [10/04/2015](#) |



Postscriptum de Paulo Arantes.

** Este texto foi escrito na primeira semana de abril de 2015 como postscriptum à entrevista “Entre os destroços do presente” em que Paulo Arantes procurava fechar um diagnóstico das duas décadas de progressismo brasileiro a partir do clima de “polarização” que aparecia como saldo do processo eleitoral de 2014. Neste postscriptum, atento aos sismógrafos da “tempestade perfeita” que veio à tona nos “idos de março” anunciando a implosão, a poucos meses da posse, do governo Dilma, Arantes procura pensar o que significa a esta altura falar em “crise”.*

** * **

Uma coisa é fechar o diagnóstico de toda uma época, nas minhas contas, os vinte anos do reinado FHC/Lula. Por mais que travem uma luta de morte por uma rapadura cada vez mais ingovernável, formaram um só bloco cujas raízes entrelaçadas remontam ao processo de saída da Ditadura, que por sinal acabou se confundindo com a derrocada de nosso meio século de

modernização desenvolvimentista. A desintegração que seguiu foi provisoriamente estancada, porém num patamar social ainda mais rebaixado, mas ainda assim governável *in extremis*. Esse dique começou a se romper em Junho. Outra coisa imaginar o drama conclusivo que está se desenrolando agora sob nossos olhos. Não dava mesmo sequer para fantasiar que mal iniciado o segundo mandato, o governo Dilma estaria no chão, aplastado. A tal ponto que até mesmo a hipótese de um *impeachment* se tornou uma turbulência que valeria mais a pena economizar, uma má ideia, na opinião da *Economist* de 28 de março, mas não a ponto de estancar a paranoia dos que temem que um ajuste em si mesmo insano, como provaram ser os regimes de austeridade impostos à periferia europeia, possa dar certo (sic) e se inicie uma recuperação sob medida para uma vitória eleitoral lá na frente. Daí a correria intempestiva, ora à frente, ora atrás das ruas em movimento. Seja como for, tamanha queda, e assim precoce e vertiginosa, jamais se viu. Mas não farei o diário da queda, nem recapitularei a escalada da crise que a precipitou. Como a saturação com todo tipo de palpite e especulação é geral, não vou nem de longe enfiar minha colher de pau na cozinha da conjuntura. Aliás logo estarão se multiplicando as inevitáveis reportagens investigativas sobre as grandes manobras que culminarão num desfecho que ainda ignoramos, embora desconfiemos que de qualquer modo não será uma saída para nenhum dos lados envolvidos nessa queda de braço. E se a queda que se avizinha, ou já aconteceu faz algum tempo, não for uma crise como as outras?

Nunca se falou tanto em crise, há crise por todos os lados e para todos os gostos, geralmente no modelo esgotamento ou exaustão disso e daquilo, encavaladas e se reforçando mutuamente. Em todo caso, nessa avalanche de diagnósticos, possivelmente ofuscados ou manipulando as guerras culturais entre “petralhas” e “coxinhas”, ninguém se lembrou de reparar na falta de um ingrediente indispensável em todas as crises históricas do país, a *subversão*. E por uma razão muito simples e tenebrosa: ela foi extirpada com sucesso em 1964. Era essa a ideia, e de acordo com ela encaminhou-se a posterior legalização da nova esquerda, sendo a campanha de criminalização de agora o preço cobrado por aquele indulto. A crescente, inclusive em letalidade, gestão armada da vida social hoje obedece a uma outra racionalidade política, muito diversa do dispositivo militar de outros tempos, que dorme sossegado nos quartéis o sono da garantia da lei e da ordem, nos termos de uma Constituição que normalizou a relíquia arcaica do Golpe. Sem subversivos a caçar, salvo o resíduo amotinado de

Junho, devidamente cadastrado pelas derrogações previstas nas brechas da lei, a crise pode até resvalar na anomia, cujas condições, segundo alguns observadores, estão dadas, mas decididamente se trata de uma crise sem inimigo, por mais que vermelhos e azuis queiram passar ao ato e se estripar. *Crise sem inimigo*: foi assim que nos anos 1990 alguns teóricos começaram a se referir às catástrofes desencadeadas por eventos extremos, “naturais” ou provocados por tecnologias de alto risco, querendo dizer com isso que estavam abandonando o paradigma militar predominante até então, ainda centrado na ideia de ameaças vindas de fora e percebidas como uma agressão desencadeada por agentes destruidores, sendo a crise, naquele modelo concebido ainda sob o efeito dos desastres coletivos da grande guerra e a paranoia da hecatombe nuclear, encarada como uma provação, a hora da verdade na qual a realidade oculta de uma coletividade se revelaria. Estaríamos assim, nesta crise sem subversivos de agora, como que diante de um evento extremo, a terra começando a tremer sob os pés de uma sociedade no entanto inteiramente pacificada desde a nossa última catástrofe, num outro março há 51 anos atrás.

Disponho apenas de uma pista nesta primeira tentativa de identificação. Até onde sei, lá pelo fim do ano de 2013, o prognóstico de que uma *tempestade perfeita* estava a caminho conheceu uma discreta difusão. Não pesquisei muito, mas parece que por essa época o ex-ministro Delfim Neto já anunciava em suas colunas que uma tempestade perfeita (ainda com aspas) se avizinhava, podendo desabar no primeiro semestre do ano seguinte caso não déssemos a devida atenção às “ameaças” das agências de *rating* de rebaixar a nota de crédito do país, sem falar no início do fim dos estímulos monetários americanos: em algum momento a “emergência” gerada explodiria num desequilíbrio fiscal, inflacionário e cambial que reduziria a pó a economia nacional. Essa “conspiração” obviamente objetiva de eventos simultâneos resultaria na tempestade perfeita que nos puniria sem dó nem piedade. Nesse meio tempo devo certamente ter deixado escapar outras menções do referido alto personagem a essa conjunção tempestuosa que continuaria a nos espreitar caso não nos “ajustássemos”. Uma ocorrência na primeira semana de março, ainda na condição de espada de Dâmocles, trazia por certo embutida a memória *dadébacle* política e moral em curso.

Para quem não se lembra, a frase tornou-se comum no inglês coloquial americano desde que um *bestseller* com esse título, depois transposto para o cinema, consagrou-a como sinônimo de

evento desastroso produzido pela convergência excepcional de circunstâncias adversas, no caso gerador da metáfora, o naufrágio de um barco pesqueiro colhido em alto mar pela combinação catastrófica de três tempestades, nada mais nada menos. Um outro naufrágio, o do Lehman Brothers e sua constelação de megadesastres, generalizou de vez seu emprego na caracterização de uma crise aparentemente de novo tipo. Desde então assumiu também, segundo pude ler na Wikipédia, uma conotação hipotética do pior possível entre todos os cenários.

De volta ao Brasil em “queda livre”, segundo matéria de capa da revista *Exame*. Lá pelo dia 20 de janeiro, um colunista de *O Globo* cravava: a “tempestade perfeita” que os mais agorentos previam já está soprando com força mal decorridas duas semanas do segundo mandato, como se poderia constatar apenas pela escalada negativa dos indicadores econômicos básicos, impostos, taxas, juros, tarifas e ameaça real de desemprego rondando. Uma semana depois era a vez do *Estadão*, mas agora adicionando novos ingredientes, pois a nuvem negra da tempestade perfeita no horizonte seria sobretudo social. Ou melhor, *social e climática*. Estava demorando a cair a ficha pois segundo consta o emprego original da expressão remonta a uma previsão um pouco mais estilizada de algum serviço meteorológico norteamericano, variando apenas a data e o serviço concernido, reservando-se desde então a evocação do termo sempre que ocorrer uma combinação obviamente tempestuosa de muitos fatores. Há registros posteriores também quanto ao teor digamos literário da frase, como uma tempestade perfeita de aplausos ou de simpatia. Mas voltemos ao *Estadão*, ao resumo inspirado do articulista (José Roberto de Toledo): “enchente com falta d’água, calor excessivo com falta de energia, recessão com inflação, crescimento do desemprego com diminuição de benefícios a desempregados – tudo ao mesmo tempo”. Agora? Ou daqui a pouco, tanto faz, o que importa mesmo é que no mais tardar em 2016 essa combinação estará entrando em fase com uma outra tempestade perfeita, desta vez fabricada no copo d’água explosivo das guerras culturais travadas nas redes sociais durante o período de fúria eleitoral. O ponto cego dessa “tempestade social perfeita” encontra-se na dramática dissociação entre fenômenos climáticos cada vez mais intensos, num cenário de oscilações também cada vez mais frequentes entre extremos opostos, e a rotina de inoperância imediatista da casta governante. Devolvendo assim a metáfora à sua matriz, e deixando um pouco de lado o para-raios da crise em que o mandato recém inaugurado se convertera, a primeira nota inteligente encontrada na enxurrada

de comentários dos jornalões e adjacências, repercutindo uma queda tão ansiada e cavada, identificava na imagem da crise como uma tempestade perfeita algo como uma mudança radical do “clima” da política – o “tempo” que politicamente está fazendo –, na medida em que, persistindo justamente essa dramática confluência de circunstâncias, “o cenário político vai ser radicalmente mudado pelo cenário climático”, e quanto mais radical o novo “clima”, tanto mais irá perdendo valor tudo aquilo que for apenas médio, do estatístico ao político – conforme a conclusão daquela nota preciosa, sem dúvida temendo por sua vez algum surto berlusconiano nativo, nada improvável ante o cenário de anomia que se desenha. E como vimos ao longo da conversa anterior, num ambiente polarizado como o atual, mesmo assimetricamente, dado o eclipse total da esquerda, as situações intermédias tendem a sucumbir, sejam as indefectíveis obras de infraestrutura rotineiramente projetadas para mitigar efeitos no entanto extremos, seja analogamente ideias singelas de repactuações políticas, também receita nativa clássica.

Ainda nesta mesma linha de caracterização de uma tempestade perfeita se formando pela conjunção dos dois extremos, o da reversão brusca e drástica das expectativas políticas e os sinais enviados para quem sabe decifrá-los pelo novo regime termodinâmico do planeta, cuja decodificação hesitante vai no limite alimentando um indefinido porém intenso sentimento de impotência, na exata acepção em que o evocamos lá atrás, a certa altura da nossa “entrevista”, a propósito da inibição de certas respostas humanas comensuráveis, no caso de uma chuva radioativa por exemplo, o sinal de alarme já soa para a jornalista Eliane Brum, descrevendo para o *El País* o desenrolar da campanha eleitoral em São Paulo e seu rol de dissociações cognitivas aberrantes, a principal delas a pulsão negacionista ante o colapso do abastecimento de água na região metropolitana, candidatos e gestores da desgraça disputando no máximo a autoria do nó no rabo do gato. A reeleição avassaladora do negacionista mor, que atravessou o primeiro turno repetindo “não vai faltar água” quando a água já faltava, é o fruto envenenado daquela impotência diante de uma crise do quê ninguém sabe ao certo. Segundo Eliane, o referido personagem foi de fato consagrado pela mesma negação da realidade que o eleitor queria confirmar, de sorte que venceu não apesar da crise da água mas também por causa dela, todos embalados pela mesma ilusão do controle. Como se trata de uma crença desesperada num futuro cuja data todos fantasiam, caminhões pipa com escolta policial farão parte daquele cenário

político radicalmente mudado pelo cenário climático mencionado há pouco. Noutras palavras, um poder soberano de polícia, enquanto paradigma de governo das crises, será objeto de uma verdadeira demanda popular. Como meses depois, a demanda por intervenção, qualquer intervenção, desde que alguma coisa seja feita. Se há algo que deveria de fato assustar na atual crise com inimigo difuso, é a antevisão igualmente embaçada de uma passagem ao ato de todo esse sentimento de impotência.

Mas adiantemos o relógio. As chuvas abundantes de fevereiro e março lavaram a alma inconstante de governantes e governados e fez sumir do radar da tempestade perfeita, enquanto metáfora maior da crise, a sinergia dos extremos climáticos e sociais, substituída por uma outra confluência de tempestades adversas comandadas pelo espetáculo jurídico, do qual até agora ainda mal se entreviu o prólogo policial. Quando o bordão voltou – na mesma semana em que o Brasil atolado foi capa da *Economist*, depois de enumerar as razões que poderiam levar o país ao precipício, o *Time* também concluía que o Brasil parecia viver uma tempestade perfeita... –, a chuva de escândalos estava de volta ao seu lugar cativo numa crise invariavelmente apresentada sempre como tridimensional. Como é descrita, por exemplo, numa entrevista do cientista político Marcus Melo. Novamente uma tempestade (desta vez política) perfeita em que convergem políticas de austeridade ceifando empregos, megaescândalos e gente na rua. Embora ainda não tenha recorrido à imagem da tempestade perfeita, um outro alto personagem, FHC, que não dá ponto sem nó tal como seu desafeto Delfim, vem multiplicando declarações e artigos semeados de recados do tipo “chegou a hora”, por enquanto apenas de “interrogação”, nos quais não faltam a indefectível enumeração dos três elementos em sinergia desastrosa: na última contagem, pela ordem, clamor da rua, avanço do processo judicial e mídia.

Quanto à esquerda desmastreada, sente a tempestade mas ainda não a tinha nomeado, tal a obsessão conspiratória, acrescida da mágoa com a ingratidão de um sistema que a está expulsando pela porta de serviço, até que um artigo no *Brasil de Fato*, não resistindo ao bordão, colocou tudo, menos o novo “clima” da política, no copo d’água da tempestade perfeita, dos suspeitos de sempre, mídia golpista em primeiro lugar, ao inesperado reconhecimento de que no assim chamado campo popular reinam dúvidas, confusão e conflitos – a matéria é anterior aos 60% de desaprovação entre a renda familiar mensal de até um salário mínimo. E só. Mas não é pouca coisa admitir que desta vez o realejo do governo eternamente em disputa parece desafinar, tampouco o mantra da

conspiração sai ileso, pois afinal a sabotagem parece vir de dentro, os infiltrados não são penetras mas convidados de honra. Mais uma vez, esse o ponto cego de uma crise não por acaso encarada como uma tempestade perfeita, que aos poucos vai deixando de ser um lugar comum nascido do jargão metereológico, na mesma medida em que a crise que ela anuncia já não corresponde mais ao antigo conceito de crise.

Como se há de lembrar, um conceito dramático por excelência, cuja aclimação como conceito de época foi reconstituída nos estudos clássicos de Koselleck. Para efeito de contraste, que não poderia ser maior, uma recapitulação sumária dessa translação cujo ponto de origem se encontra nalgum lugar de uma antiga superposição de significações provenientes de três esferas, jurídica, médica e teológica. Em qualquer uma delas, estão em jogo alternativas sem resto entre certo e errado, vida e morte, salvação e danação, exigindo escolhas decisivas. No roteiro que estamos considerando, durante um longo período a acepção médica prevaleceu sobre as demais, seu uso metafórico estendendo-se aos mais variados domínios desde o início dos tempos modernos, salvo o surpreendente retorno, embora secularizado, de sua acepção apocalíptica, para lidar com a novidade da Revolução Francesa enquanto revelação de um novo tempo, precisamente o de um mundo sacudido por crises que anunciam tanto um fim quanto uma passagem de época. Desde então, encarada como uma espécie de abertura teatral de todo um horizonte de expectativas, a ideia de crise passou a admitir diversas filtragens, ora como um encadeamento de eventos culminando num ponto decisivo a partir do qual é preciso agir, ora como um ponto único e final, a partir do qual o curso histórico do mundo não será mais o mesmo. Desde sempre nos reconhecemos neste quadro, ao qual Marx acrescentou (ou nele se inspirou) a ideia de que as crises são soluções violentas de contradições existentes: socialmente destrutivas mas mesmo assim “soluções”, é verdade que muito peculiares, nas quais se restabelece momentaneamente o equilíbrio rompido até a próxima erupção. Elas seriam o “negativo do capital”, na formulação bem conhecida de Jorge Grespan, e nesta condição, essencial na definição da temporalidade típica do regime social presidido pelo capital. Desde sempre quer dizer desde que este regime específico de historicidade (François Hartog etc.), se abriu a perdurou durante dois séculos de grandes esperas, ao longo das quais gerações antagonistas foram completando sua educação política pela espera ativa do ponto crítico de uma reviravolta.

E se a rotina dessas crises recorrentes não for mais recuperadora? E se o estado crítico no qual se encontra o capitalismo hoje não apontar para qualquer saída digamos reguladora, para dizer o mínimo, tanto à esquerda ou muito menos à direita? Numa palavra, e se a crise, que não é de agora, for de um tipo totalmente novo? Pelo menos vai nessa direção Wolfgang Streeck, o sociólogo alemão ao qual recorri em mais de uma ocasião ao longo da “entrevista” feita ainda no escuro do apagão político que viria pela frente. Como se há de recordar, é dele a ideia duplamente herética de que o capitalismo está agonizando, mas que o seu fim é um processo e não um acontecimento disruptivo, e um processo destrutivo por incapacidade de autocontenção, uma vez desmantelados os mecanismos que historicamente exerciam tal função, como as falsas mercadorias trabalho, natureza e dinheiro, na distinção clássica de Polanyi, e mais, seu fim está chegando sem que nenhuma sociedade melhor e mais avançada esteja à vista e devidamente impulsionada por um sujeito portador da tarefa histórica de abrir-lhe caminho, o que suporia um grau de controle político sob o nosso destino comum com o qual não sabemos mais sequer sonhar. Sei que é duro de engolir, mas chega a ser quase intuitiva, quando se olha à volta, essa imagem de um sistema social em desmantelo crônico por razões internas e independentemente de uma alternativa viável. Mais duro de engolir enfim a ideia de que pode estar acontecendo da humanidade não se defrontar mais só com os problemas que pode resolver. Em tempo, isto não é o fim do mundo. Apenas o fim de dois séculos de espera “progressista”, encerrado justamente por uma crise de um novo tempo, por assim dizer empurrada com a barriga, ritualmente adiada pela compra de tempo, pela renovação dos prazos para o desastre, que ficará para a próxima vez etc. E no entanto, nada mais familiar do que esse cenário de inação, mal camuflada pela frenética proliferação de correções provisórias para gerir a multiplicação das crises de todo tipo no curto prazo. Salvo para aprofundar o estrago, como na concepção do *capitalismo de desastre* segundo Naomi Klein. Pela primeira vez (e última, por definição) Crise não é mais sinônimo de abertura de oportunidades, para agentes reformistas ou revolucionários, nem mesmo ou melhor, sobretudo, o aquecimento global enquanto janela de oportunidades para relançar a acumulação, muito menos, como argumenta a mesma Naomi Klein em seu último livro, a brecha para a reviravolta anticapitalista sonhada pela última vez, pois se é verdade que a mudança climática muda tudo, ela mudou também a natureza da crise, pois nesse cenário específico é ainda mais flagrante, nunca será demais

repisar, a inoperância autodestrutiva geral. Definitivamente, não haverá mais um novo Agosto de 1914.

Vamos encurtar, já que por esse atalho chegamos mais rapidamente ao meu ponto. Vejamos se não é o caso: ao enumerar e reunir numa confluência desastrosa as cinco doenças sistêmicas do capitalismo agonizante de hoje por motivo de enfraquecimento das restrições (tradicionais, institucionais e políticas) ao seu avanço desimpedido (estagnação, redistribuição oligárquica, pilhagem do setor público, corrupção endêmica e sistêmica, anarquia geopolítica global), penso que o nosso teórico (Wolfgang Streeck) está descrevendo o desenrolar concatenado de uma tempestade perfeita, cuja duração no entanto pode se estender por anos a fio até alcançar a marca fatal dos dois graus centígrados a mais que arrastaria consigo o que porventura sobrar até lá, por isso o sistema não pode parar de comprar tempo. Que é inteiramente outro, para início de conversa, sendo outro, como sugerido, literalmente, o “clima” da política, como mudou o da história, revista pelo prisma do tempo geológico do Antropoceno. Mas passemos. A outra metade do argumento viria da redescrição da mudança climática também como uma tempestade perfeita, cada vez menos metafórica, como na “tempestade para os meus netos”, de James Hansen. Para uma demonstração de A a Z, sobretudo no que concerne à inércia política, à dilatação indefinida dos prazos, Stephen Gardiner construiu um modelo de tempestades convergentes, alimentadas por uma tal assimetria de poder que torna os agentes relevantes cada vez mais vulneráveis a uma espécie nova daquela corrosão do caráter identificada por Richard Sennett no mundo do trabalho contaminado pelas estratégias perversas de investimento no capital humano. Tudo bem pensado, nos dois processos de agonia como tempestade perfeita, a do capitalismo e a mudança climática, dois metabolismos enfim reunidos num só bloco comido pela entropia, ainda falar em “crise” é apenas uma maneira de dizer para nos fazermos mal e mal entender, pois saiu de cena o personagem capaz de tomar decisões no ponto crítico máximo da crise, ou melhor, como a cena é de inoperância e muita gesticulação ao redor, este ponto de virada pode até dar o ar de sua graça porém inutilmente, tal a amplitude do “tétano do não-ir-adiante” que essa crise sem crises propagou. Feita a ressalva, podemos até compreender o vocabulário e a gramática da crise, mas o seu imaginário de fundo, histórico aliás, já não é mais o nosso. De um modo ou de outro, sabemos disso. Tanto que a imagem da tempestade perfeita se alastrou até a saturação, e como tal nos alcançou num momento em que logo faremos a experiência de que

a hipótese de uma estagnação secular já é o “novo normal”, nas palavras de um oráculo financeiro em Washington, e sumidades neokeynesianas dizendo amém.

Então é isso, a tempestade perfeita que está nos sacudindo é mais que uma simples metáfora para uma crise mais inusual do que as usuais, tanto é que compartilhada (argh!) por gregos e troianos, na verdade a sinalização em busca de um conceito comum. De sorte que a “seca” anunciada pelo regime de austeridade em que estamos entrando para valer, por exemplo, pode ser entendida igualmente como um evento tão extremo tal como a outra, a seca propriamente dita e que isto que pode parecer apenas um jogo de palavras, isto sim, “muda tudo”, como no título do livro em que Naomi Klein narra a guerra do capitalismo contra o planeta. Extravagância? Pode até ser, nunca se sabe. Todavia não seria menor o disparate, imaginar ao contrário que a hora é agora, que chegou enfim a hora de tirar da cartola da crise um coelho novo porém idêntico ao falecido quando jovem. Não será demais insistir mais uma vez, agora na intenção da geração antagonista que irá literalmente respirar os ares de um outro planeta, que o clima da história também mudou, por isso a crise não comporta mais um momento ótimo de resolução, pois é uma longa tempestade perfeita.

Paulo Eduardo Arantes é filósofo, professor aposentado do Departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo (USP), onde lecionou entre 1968 e 1998. Publicou, entre outros, *Hegel: a ordem do tempo* (1981), *Ressentimento da dialética* (1996), *Extinção* (2007) e *O novo tempo do mundo* (2014). Coordenador da coleção *Estado de Sítio* da Boitempo, colaborou com *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*, organizado por Vladimir Safatle e Edson Teles, com o ensaio “1964, o ano que não terminou”.

O sistema híbrido, a tempestade e seus responsáveis

<http://qualidadedemocracia.com.br/2015/04/13/o-sistema-hibrido-a-tempestade-e-seus-responsaveis/>

Carlos Melo

A crise é obra coletiva; a tempestade não é mera virada de tempo; foi gestada nos erros de quase todos nós e gerou uma besta híbrida: o presidencialismo sem poder e o parlamentarismo sem legitimidade.

Uma das vantagens do presidencialismo reside na estabilidade e na força que expressa o presidente do país; sua credibilidade e sua habilidade para formar e dirigir a maioria do Parlamento, que dará apoio e sustentação ao seu governo. Já no parlamentarismo, o êxito mora na capacidade em lidar com crises: é um sistema cuja credibilidade rapidamente se recompõe; se o primeiro-ministro a perdeu, nova coalizão remonta o gabinete. No limite, nova eleição recompõe a legitimidade. O problema é quando não se tem nem um, nem outro. Quando se vive o pior dos dois mundos — um presidencialismo sem força e estabilidade; um parlamentarismo sem credibilidade e legitimidade —. constrói-se o labirinto povoado por uma besta híbrida. Como se sabe, o animal híbrido é estéril.

O governo da presidente Dilma, em extraordinários 100 dias perdeu a força e isto tem tornado o país mais instável. Seu poder foi transferido para o Congresso Nacional, mas ele, o Parlamento, não foi eleito para governar no lugar de Dilma. Nem mesmo seus principais dirigentes reúnem a credibilidade indispensável; são, para dizer o mínimo, controversos. E contestáveis. Ademais, não há — e nem representam — força política capaz de formular e dar unidade de projeto e, daí, rumos ao país. O PMDB não existe enquanto força; o que persiste e o sustenta é a autoridade burocrática de pautar de votações que emana antes da institucionalidade das cadeiras do que dos traseiros que as ocupam. A situação é, no mínimo, esdrúxula.

Não foi de uma hora para outra que Dilma conseguiu a proeza de esvair-se assim em trapalhadas. O desastre foi meticulosamente construído ao longo do tempo e contou com um talento inato para produzir lambanças. Foi, ao longo dos anos, gestado nas falhas de diagnóstico, na miopia que se configurava na linhas embaralhadas de tantos erros de avaliação animados pelo triunfalismo e pela arrogância. A presidente fez de tudo um pouco: agiu com autonomia quando precisava de tutela; ouviu quase nada quando precisava de conselhos; aconselhou-se de fanfarrões quando carecia de silêncio e ponderação. Foi imperialmente teimosa, mascarou números e acabou desmascarada pela realidade.

Sim, Dilma é, no limite, a responsável por essa esquisitice híbrida que é a confluência do presidencialismo de sem poder com o parlamentarismo obtuso, que soma zero. É a responsável. Mas, não está só.

Seu criador, Lula, navegou na comodidade do sucesso: não propôs transformações ao sistema sabidamente cheio de vícios – afinal, foi ele mesmo quem primeiro lembrou dos trezentos picaretas. No mais, rendeu-se a eles; adaptou-se à estrutura anacrônica, envelhecida. Mas, tampouco Lula pode ser responsabilizado sozinho. Seu PT também capitulou; primeiro, a Lula, depois ao pragmatismo oportunista. Diante daquilo que acreditava ser a política real – que não praticava –, traiu a si mesmo rompendo com os valores mais caros de sua base social. Abriu mão de ousar — e em certo sentido foi até mesmo melhor que não ousasse –, enrijeceu-se na burocracia interna, no bulício dos corredores das sedes partidárias, no poder de bancadas e nomenclaturas vazias; no status quo de dirigentes e capitães-do-mato, na retórica fácil do “bem maior aos mais pobres”, justificativa para tudo.

Mas, muito menos o PT está só nessa somatória de equívocos. Os aliados também mamaram o quanto puderam nas vacas gordas dessa fortuna errática; ganharam cargos, lambuzaram-se com o que se chamou “esquema”. Hoje, ouvir Renan Calheiros exigir a diminuição de ministérios, Eduardo Cunha proclamar a elevação do Parlamento ou assistir a pose de virtude republicana de “Paulinho da Força” — ele o mesmo que já implorou proteção ao PT e a seus governos – beira ao escárnio; uma desafinada cantiga de maldizer.

Mas, o PMDB e os aliados de hoje e ontem também não estão sós na construção dessa ruína: nesses anos todos, a oposição tucana pouco mais foi que *free rider* do processo, carona das circunstâncias. Prostrou-se atônita diante da apropriação de uma agenda — apenas supostamente sua –, capturada por Lula. Foi incapaz de expressar alternativa, de comunicar nova visão do mundo e do país, até porque não a tinha. Antes, deixou-se ao sabor do oportunismo, assimilou *Paulinhos*, *Malafaias*, discursos retrógrados e a sisudez do conservadorismo que nunca fora seu de verdade.

Mas, também não basta apontar os erros do “sistema partidário”. A sociedade se omitiu, quando não se deixou cooptar: foi o caso dos movimentos sociais; dos subsídios, dos bolsas disto, dos bolsas daquilo, da farra em Miami, da opulência do crédito, do espetáculo faustoso do desenvolvimento consumista. Ao lado destes, os tais

mercados, que hoje rezam novenas por Joaquim Levy, mas que, na presunção olímpica de quem aposta, acreditaram na falácia da morte da política, na ilusória suposição de superioridade e autonomia da economia em relação à política e a tudo mais.

Somente esses? Cuspir para o lado é fácil; às vezes é necessário apontar para o alto: que dizer de analistas e cientistas políticos que professavam a infalibilidade, quase perfeição, do presidencialismo de coalizão? Olhando exclusivamente para resultados imediatos, sem considerar a extravagância dos métodos e a voracidade do fisiologismo, na maioria das vezes, esquecemos de considerar que sua dinâmica somente poderia levar à exaustão e à disfuncionalidade a que chegou.

Ninguém gritou, poucos notaram; os que perceberam calaram-se ou falaram baixo, num sussurro tímido. Raramente, é verdade, foram ouvidos; ninguém queria ouvir. Preferiu-se esquecer que dia de festa é véspera de dor”. Mas, a verdade é que não foi o tempo que virou de repente, a tempestade se fez assim: devagar, no movimento das nuvens. Política é como nuvem: produz cargas elétricas, se choca com outras; gera estrondo, reluz o raio, desperta o temporal.

Depositam-se hoje, vejam só, o grosso de muitas esperanças sobre Michel Temer. Conseguirá o vice, discreto e profissional, colocar ordem na lambança de modo a recuperar a paz da “bagunça organizada” que já tivemos? Não se sabe, ainda. Mas, mais que isto, é certo, não fará. O presente se conforma nessa besta híbrida do presidencialismo sem poder e do parlamentarismo sem credibilidade à deriva no labirinto aparentemente sem saída. O que pode um Temer se não enxergar que, pelo menos por enquanto, há apenas um túnel no fim da luz?

Carlos Melo, cientista político. Professor do Insper.

Liberais, libertários e marxistas na geleia geral brasileira

Luiz Eduardo Soares - Abril 2015

<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=1775>



1. A onda conservadora no Congresso, sob a batuta do que há de pior no PMDB — que ocupou o espaço deixado vazio pela desmoralização do PT e do governo —, ameaça tanto as conquistas sociais e os direitos civis e trabalhistas, quanto a crise provocada pelo bonapartismo arrogante e obscurantista de Dilma. A pauta reacionária no Parlamento inclui a consagração da terceirização, a redução da idade de imputabilidade penal e a revogação dos avanços no controle de armas. Por sua vez, os efeitos da crise econômica podem vir a dilapidar a redução das desigualdades e o aumento da renda dos mais vulneráveis, gerando desemprego e decepções em larga escala.

Tão dramático quanto este quadro é o seguinte: a miséria herdada mais imobiliza do que potencializa a participação cidadã e política; mas a perda do que se conquistou estimula a mobilização, com frequência, regressiva, ressentida, tendente a deixar-se capitalizar pelas forças mais conservadoras, quando não propriamente autoritárias. À direita, mais provavelmente, mas também à esquerda.

Por isso, em vez de frentes de esquerda sectárias, estreitas, enamoradas do chavismo e dos populismos autoritários, trata-se, e com urgência, de contribuir para a tessitura de uma frente ampla democrática — mais ao nível da sociedade do que dos partidos —, capaz de defender as conquistas e os direitos. A frente estreita esquerdista que está sendo construída é composta por lideranças e partidos que não foram capazes de enxergar aonde nos conduzia a política econômica desastrosa de Dilma, ao longo do primeiro mandato, e que tampouco compreenderam como e por que a adesão do governo e do PT aos métodos políticos tradicionais, e sua tolerância com a corrupção, aprofundariam o descrédito da política, atingindo o coração da democracia.

Essa frente de esquerda não só é impotente para barrar os assaltos reacionários contra os direitos, como reduz as chances de que se constitua um arco de alianças suficientemente amplo em defesa das conquistas e dos direitos ameaçados, seja pela ação parlamentar conservadora, seja pela crise econômica. A frente esquerdista, entretanto, interessa ao bloco no poder, sobretudo a Dilma e ao PT, porque reproduz o discurso e o simbolismo da bipolarização. Isso é

tudo o que o PT quer, reeditando a tática que aplicou na campanha. O dualismo do tipo guerra fria, em que o outro não é alvo de crítica e divergência, mas de condenação moral, em que o adversário é inimigo, em que o contencioso opõe povo e elites, bolivarianismo e neoliberalismo, este falso dualismo salva o PT e Dilma, tornando-os o eixo em torno do qual vão girar as alianças possíveis.

De meu ponto de vista, quem sustenta que a saída da crise é pela esquerda não entendeu rigorosamente nada sobre nosso passado e nosso presente, e está brincando com nosso futuro. A saída é uma ampla coalizão em torno dos direitos e das conquistas, em diálogo com as ruas, envolvendo a mobilização não aparelhada da sociedade, disputando o justo sentimento de indignação e evitando que ele seja capturado pela direita. O horizonte, isto é, o futuro a buscar é uma governança transparente, rigorosamente refratária à corrupção, aberta à participação, respeitando os direitos históricos dos trabalhadores, comprometida com a pauta humanista, os direitos humanos, os direitos dos indígenas, com a sustentabilidade e a redução das desigualdades, e refratária a improvisações irresponsáveis de efeitos destrutivos, sob a forma de um capitalismo de Estado ou de um projeto populista desenvolvimentista.

Não está na agenda histórica socialismo nenhum. Está na agenda a defesa dos direitos duramente conquistados e a disputa pelos setores de classe média — e não só — que o PT empurrou para a direita, com seu apetite despolitizado pelo poder. As classificações simplistas e maniqueístas servem à bipolarização e ao governo e seus sócios, no Congresso. Não servem para pensar, dialogar e fazer política de novo tipo, cuja hora chegou.

2. Entre as desditas brasileiras estão seus liberais. No Brasil, desgraçadamente, os liberais apoiaram a escravidão e a ditadura. Jamais compreenderam e abraçaram a matriz axiológica que formou a filosofia política com a qual, supostamente, identificam-se. Por isso, agem e pensam como falcões conservadores e autoritários. Em sua maioria, são contrários à legalização das drogas, abrem mão do respeito rigoroso aos direitos humanos, defendem a redução da idade de imputabilidade penal, aceitam atropelos das garantias individuais, subestimam a linguagem dos direitos, ridicularizam a linguagem politicamente correta, subestimam o racismo, a homofobia, a misoginia, as desigualdades de oportunidades com que a sociedade acolhe as crianças, condenando-as a repetir a sina subalterna dos pais. Não

compreendem essas bandeiras progressistas cuja origem é liberal e burguesa, e remontam a 1789. De fato, os liberais brasileiros retiveram de sua tradição apenas o credo econômico, e mesmo assim o suspendiam quando lhes interessava a intervenção estatal, em seu benefício. Propagavam a livre iniciativa mas repudiavam o risco. No passado foi assim, e continua sendo. Ou seja, não há, salvo raríssimas exceções, liberais no Brasil.

Vejam o caso do PSDB. O que restou do liberalismo social-democrata digno deste nome? O partido é o espelho do que critica e exibe uma pauta regressiva, além de reativa. Degradou-se numa variação do Dem/PFL e similares.

Qual é o partido liberal brasileiro, no sentido forte e pleno da palavra, capaz de postular equidade, compaixão e a agenda libertária, além das bandeiras estritamente econômicas? Acho engraçado os jovens liberais brasileiros ingressando na arena pública. Mais do mesmo, yuppies ignorantes da história do pensamento político, neoconservadores inconscientes de si.

Qual a implicação? A agenda libertária tem sido defendida, em boa parte, por partidos e segmentos neomarxistas ou marxistas. Muito curioso. Marx escreveu contra os direitos humanos, que considerava mera expressão da ideologia burguesa. A tradição política marxista jamais identificou-se com as pautas libertárias e dos direitos humanos, na teoria, muito menos na prática. Há, portanto, aí, um lance de, digamos, oportunidade. Compreensível. Menos mal. Isso ajuda, é positivo, ainda que sempre haja o risco de que levem estas bandeiras para o gueto político. Entretanto, cabe a indagação: que futuro tem o compromisso desses atores políticos com esta pauta? Qual a consistência histórica deste engajamento? Que implicações haverá para os movimentos libertários e dos direitos humanos?

Assim, entende-se a encrenca nacional. Os liberais são antiliberais. Os marxistas os substituem e erguem suas bandeiras, provisoriamente. Os ativistas libertários estão, em certa medida, perdidos, sem bússola, transitando por mapas imaginários que não correspondem às cartografias político-ideológicas reais. Quem ganha com a confusão? Os conservadores de todas as estirpes. Os militantes dos direitos humanos precisamos conversar mais e em mais profundidade. Nossos encontros não podem continuar a ser apenas a proclamação autoindulgente do que já sabemos.

Luiz Eduardo Soares é antropólogo.

Uma triste nulidade

É impossível decifrar os objetivos atuais do Partido dos Trabalhadores

por Fábio Konder Comparato — publicado 10/04/2015 03:05

[inShare](#)11

Ricardo Stuckert/ Instituto Lula



Leia também

[A História o absolverá?](#)

[Lula: movimentos devem "forçar negociação com governo"](#)

["Sem ajuste fiscal, juros não vão descer", diz Levy](#)

[A frente ampla: instrumento estratégico de resistência e avanço](#)

Os arquivos de Renato Duque

Hipócrates, o Pai da Medicina, denominou *krisis* o momento preciso em que o olhar experiente do médico observa uma mudança súbita no estado do paciente, o instante em que se declaram nitidamente os sintomas da moléstia, ensejando o diagnóstico e o prognóstico. Seremos capazes de fazer um juízo hipocrático da recente piora apresentada no estado mórbido, no qual se encontra, há muito tempo, a vida política brasileira? Creio que o diagnóstico deve ser feito em razão da realidade substancial de nossa sociedade, caracterizada pela estrutura de poder e pela mentalidade coletiva predominante.

No Brasil, desde os tempos coloniais, o poder supremo sempre pertenceu a dois grupos intimamente associados: os potentados privados e os grandes agentes estatais. Cada um deles exerce um poder ao mesmo tempo, em seu próprio benefício e complementar ao do outro. Os agentes do Estado dispõem da competência oficial de mando. Os potentados privados, da dominação econômica, agora acrescida do poder ideológico, com base no controle dos principais veículos de comunicação de massa.

Trata-se da essência do regime capitalista, pois, como bem advertiu o grande historiador francês Fernand Braudel, “o capitalismo só triunfa quando se alia ao Estado; quando é o Estado”.

Quanto à mentalidade coletiva predominante, isso é, o conjunto das convicções e preferências valorativas que influenciam decisivamente o comportamento social, ela foi entre nós moldada por quase quatro séculos de escravidão legal.

Essa herança maldita acarretou, em ambos os grupos soberanos acima nomeados, um status de completa irresponsabilidade política, pois desde sempre eles se acharam, tais como os senhores de

escravos, superiores à lei e isentos de todo controle. De onde o fato de a corrupção, nas altas esferas do poder público e no setor paraestatal, ter sido até agora tacitamente aceita como costume consolidado e irreformável.

Quanto às classes pobres, o longo passado escravocrata nelas inculcou uma atitude de permanente submissão. O pobre não quer exercer poder algum, prefere, antes, ser bem tratado pelos poderosos. Na verdade, o conjunto dos pobres jamais teve consciência dos seus direitos, por eles confundidos com favores recebidos dos que mandam.

No tocante à classe média, seus integrantes procuram em regra atuar como clientes dos grandes empresários, proclamando-se, a todo o tempo, defensores da lei e da ordem. Eles sempre desprezaram a classe pobre, ou temeram sua ascensão na escala social.

Para completar esse triste quadro, e seguindo a velha prática do mundo capitalista, nossos grupos dominantes aqui forjaram, desde o início, uma duplicidade de ordenamentos jurídicos: o oficial e o real. No Brasil colônia, as ordenações do rei de Portugal mereciam respeito, mas não obediência. O direito efetivo era o que os administradores oriundos da metrópole combinavam com os senhores de engenho e grandes fazendeiros. A partir da Independência, as Constituições aqui promulgadas seguiram o modelo dos países culturalmente adiantados, para melhor dissimular a primitiva realidade oligárquica, vigente na prática.

A Constituição de 1988 não faz exceção à regra. Ela declara solenemente, logo em seu primeiro artigo, que “todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos, ou diretamente”. Na prática, os ditos representantes do povo são

eleitos, em sua quase totalidade, mediante financiamento empresarial. E o Congresso Nacional dispõe de competência exclusiva para “autorizar referendo e convocar plebiscito” (art. 49, inciso XV). Ou seja, o povo não exerce poder algum, nem direta nem indiretamente. Ele é simples figurante no teatro político.

Acontece que no centro da organização oficial do Estado brasileiro acha-se o seu chefe, isto é, o presidente da República. É de sua habilidade pessoal que depende o funcionamento, sem sobressaltos, desse sistema político de dupla face. Cabe-lhe manter, sob a aparência de respeito à Constituição e às leis, um bom relacionamento com os soberanos de fato, sem esquecer de agradar ao “povão”, dispensando-lhe módicas benesses.

Foi o que fez brilhantemente Lula durante oito anos. E é o que Dilma, por patente inabilidade, revelou-se incapaz de compreender e realizar, numa fase de prolongado desfalecimento da economia, no Brasil e no mundo. Ela entrou em choque com o Congresso Nacional, desconsiderou o Supremo Tribunal Federal (até hoje não nomeou o sucessor do Ministro Joaquim Barbosa, aposentado em 31 de julho de 2014) e acabou por se indispor com o empresariado, a baixa classe média e até a classe pobre, ao implementar a política de ajuste fiscal.

E o PT no bojo dessa crise?

Ele revelou-se uma triste nulidade política, decepcionando todos os que, como eu, se entusiasmaram com a sua fundação, em 1980. A nulidade é bem demonstrada pela leitura de seu atual estatuto, aprovado em 2013. Nele, por incrível que pareça, não há uma só palavra, ainda que de simples retórica, sobre os objetivos do partido. Todo o seu conteúdo diz respeito à organização interna, à qual, aliás, pode ser adotada por qualquer outra legenda.

Se esse diagnóstico é acertado, o que se há de fazer não é simplesmente aliviar a crise, mas atacar as causas profundas da moléstia.

Para tanto, a via cirúrgica, do tipo *impeachment* da presidenta ou golpe militar, não só é ineficaz como deletéria.

O que nos compete é iniciar desde logo a terapêutica adequada, consistente em quebrar a soberania oligárquica e reformar nossa mentalidade coletiva. Tudo à luz dos princípios da República (supremacia do bem comum do povo sobre os interesses particulares), da democracia autêntica (soberania do povo, fundada em crescente igualdade social), e do Estado de Direito, com o controle institucional de todos os poderes, inclusive o do povo soberano.

Bem sei que se trata de caminho longo e difícil. Não se pode esquecer que na vida política o essencial é fixar um objetivo claro para o bem da comunidade, e lutar por ele. Não é deixar as coisas como estão, para ver como ficam.

Fábio Konder Comparato é jurista e professor emérito da USP

registrado em: [PT Crise Lula Dilma Rousseff Fábio Konder Comparato](#)

Não sei em que mundo eu vivo.

Juremir Machado em [14 de abril de 2015](#) - CPOVO

Não sei em que mundo eu vivo. Tenho a sensação de estar no lugar errado. Os manifestantes de Porto Alegre fazem a gentileza de passar ao alcance da minha janela. Posso vê-los de vários ângulos e ouvir tudo o que dizem. Olho de cima. Tenho uma vista privilegiada. Constatei uma boa redução no tamanho do desfile. Passaram dois grupos. O primeiro não tinha mais de 300 pessoas. O segundo foi o tal das 35 mil pessoas. Procurei observar os cartazes, as faixas e os slogans gritados pelos manifestantes. Se eu fechasse a janela e só me guiasse pelas frases escandidas, não ficaria sabendo que se

tratava de uma protesto contra a corrupção generalizada. O brado mais retumbante foi sempre o “Fora PT”. Mais forte até do que o “Fora Dilma”. A presidente foi brindada com um cântico especial: “Pé na bunda dela/O Brasil não é a Venezuela”. Mas até parecia. Só faltava o Capriles. O frenesi chegava ao máximo quando a massa entoava o refrão “a nossa bandeira jamais será vermelha”. A parte gráfica do cortejo pedia impeachment da presidente, atacava o comunismo, reclamava uma intervenção militar e condenava a esquerdização do país. Não fosse pelo visual da turma, eu pensaria ter desembarcado em 1964 numa Marcha da Família contra o perigo vermelho. Eu esperava faixas e gritos contra a corrupção do PT, do PP, do PMDB, do PSDB e de toda a sopa de letrinhas política. Pensei que haveria citações à Operação Zelotes, à sonegação de impostos, às contas secretas de políticos, celebridades e empresários no HSBC da Suíça. Achei que haveria muito protesto contra o ajuste fiscal do governo, contra as terceirizações e contra a retirada de garantias trabalhistas. Pensei que os deputados do PP gaúcho, citados na lista do procurador Janot, seriam alvos de duras críticas, chacotas e cobranças. Não vi nada disso. Pensando bem, minha janela não deve ser um ponto de observação tão bom assim. O vento deve ter soprado para o lado oposto as frases contra a sonegação e a corrupção suprapartidária. O Brasil fardou-se. Tinha até uma faixa dizendo que sonegação não é corrupção. Tomei como ironia. Ao lado, defesa das terceirizações. O pessoal rasgou a bandeira. Saiu do armário. Só vi e ouvi manifestação ideológica contra o PT por sua suposta relação com o comunismo. Sei que eram pessoas “de bem”. Cheguei a pensar, ouvindo o cristalino “vai pra Cuba”, entoadado com a força de pulmões acostumados ao ar puro do Parcão, que fosse apenas a direita, acompanhada por políticos e militantes do PSDB, do PMDB e até do PP, ainda em luta contra os fantasmas vermelhos do passado, os comunistas comedores de criancinhas e agora defensores de programas hediondos como o bolsa-família, as cotas e o ProUni. O PT merece o sufoco que anda passando. Achou que era tão malandro a ponto de poder comprar a direita com o dinheiro dela (o nosso é sempre dos donos do poder). A direita até se vendeu. Mas

denunciou o negócio. Bingo!

Fiquei decepcionado com os manifestantes. Eu queria mais. Eu queria alternância: Fora PT, Fora PP, Fora PMDB, Fora PSDB. Entendo que a ira se concentre em quem detém o poder central. Faz sentido. Esperava, ainda assim, alguma nota de rodapé para os demais. Afinal, eles se esforçaram. Fiquei com a impressão de terceiro turno. É tudo muito novo. A Brigada Militar, que sempre reduz o tamanho das passeatas, aumenta pela segunda vez o número de manifestantes. Foi bonito. Aprendi que só o PT rouba no Brasil. Longe de mim defendê-lo. Mas e a isonomia? Não suporte injustiça. O PP e o PMDB foram injustiçados. Mereciam algumas faixinhas. Não podem ser eternamente tratados como coadjuvantes. A lente dos manifestantes foi muito seletiva. Teve defesa do fim do sufrágio universal, retorno do integralistas, a extrema-direita dos tempos de Plínio Salgado, o fascismo brasileiro, elogios ao regime militar, suspiros pela ditadura defunta e coisas assim. O bacana da democracia é que se poder ir às ruas pedir sua extinção.

Crise do governo Dilma excita as ruas e desafia a elite política do País

<http://politica.estadao.com.br/blogs/marco-aurelio-nogueira/crise-do-governo-dilma->

[excita-as-ruas-e-desafia-a-elite-politica-do-pais/](http://politica.estadao.com.br/blogs/marco-aurelio-nogueira/crise-do-governo-dilma-)

MARCO AURÉLIO NOGUEIRA

12 Abril 2015 | 19:43

Em um recente e esclarecedor texto (“Democracia, entendimento e o fator Temer”, disponível

em <http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=1771>), o competente cientista político Paulo Fábio Dantas Neto, professor da Universidade Federal da Bahia, sustentou uma instigante hipótese para que se pense nas saídas que se abrem para a resolução da crise política que corrói o governo Dilma. Para ele, “um bom pacto ajuda mais do que uma custosa cirurgia institucional”.

Paulo Fábio fundamenta sua posição numa análise criteriosa da situação política e da correlação de forças que hoje se batem no País. Não faz agitação, mas esforço de compreensão, exercício com que se busca limpar o terreno do entulho acumulado, persuadir por meio da razão e direcionar protagonistas.

Ele nos ajuda a refletir sobre a questão que hoje está posta na mesa: se nossa “elite política” prolongar seu fracasso e persistir na repetição das rotinas de que se tem valido nos últimos tempos, poderá haver solução virtuosa que dê às ruas excitadas um horizonte político confiável? A representação política – com a qual toda sociedade complexa mantém uma relação de dependência essencial – não age somente impulsionada pelos fluxos e pressões sociais, que refletem mudanças estruturais em curso e alterações nos humores cívicos. Ela também precisa da ação inteligente da elite dirigente: de estratégias, escolhas e atitudes que criem caminhos e brechas.

Paulo Fábio faz a pergunta certa: “O que esperar de partidos e lideranças políticas quando, em momentos de insatisfação social ou de dificuldades econômicas, o jogo democrático apresenta-se truncado pelos impasses habituais das táticas do varejo político, ou quando as crises até resultam, em parte, desse próprio varejo? Espera-se que os partidos atuem como instituições (corpo organizado de regras) e os líderes como estrategistas do atacado, para restabelecerem a fluência do jogo. Às vezes, a perturbação é tão grave que é preciso mudar as regras. Mas na maioria dos casos um bom pacto ajuda mais do que uma custosa cirurgia institucional”.

Para ele, só teremos a perder se nos deixarmos aprisionar pelo “equivoco da percepção moralista da política no atual contexto brasileiro que é a demonização generalizada da nossa classe política e da sua vocação histórica para estabelecer pactos”. A imagem corrente tem reduzido os políticos à condição periférica de artífices de maldades sem-fim, uma espécie de “classe” predisposta a lutar exclusivamente por seus interesses corporativos. Trata-se de uma chave interpretativa que conta com a má qualidade dos componentes desta “classe”, mas que comete o erro primário de jogar fora a criança com a água suja do banho. Ou seja, reflete mais

a indignação que vê os políticos como problema do que a compreensão crítica que percebe, neles, a presença de um recurso estratégico para o alcance de soluções coletivas.

Num livro que publiquei vários anos atrás (*Em Defesa da política*, Editora Senac São Paulo, 2001) e que me parece permanecer atual, também me pus o dilema: “supondo que fosse possível e razoável imaginar a completa extinção da classe política, quem faria o que fazem os políticos?”.

Como a história nem sempre é incluída nas percepções cotidianas da população, de repente se esquece que a obra da redemocratização – a ultrapassagem da ditadura, a reconstitucionalização do País, a eleição de governos democráticos – foi essencialmente uma operação política e não fruto do acaso ou de vontades arbitrárias. O eixo da transição democrática não foi fixado unilateralmente pela indignada pressão popular, mas por uma combinação fina de luta e conciliação, para a qual a elite política contribuiu de forma decisiva. Não houve somente brados de “abaixo a ditadura” e “fora militares”, mas muitas idas e vindas, muita sinuosidade, muitas conversas de bastidores, muita ação política e de políticos. Avanços efetivos existiram porque os slogans primários foram compensados por soluções políticas racionais.

A análise instigante do cientista político baiano ajuda a que se entenda, por exemplo, que o “fora Dilma” de hoje não contém em si nenhum passo à frente. As manifestações que têm se sucedido no País estão soltas no ar, carentes de cálculo racional e politização. Alimentam-se mais de decepção, ressentimento e frustração do que de busca de saídas coletivas. Apesar disso, não são pouca coisa, nem muito menos puro e simples exemplo de uma “conspiração” organizada pela mídia e pela “elite branca e golpista”, como sustentam setores do PT e do próprio governo.

O realismo político de Paulo Fábio faz com que ele ressalve até mesmo aquilo que tem sido visto como problema principal: o protagonismo adquirido pelo PMDB, que a rigor, nos últimos meses, praticamente encapsulou o governo Dilma. Sua análise sustenta a percepção, igualmente realista, “de que tem predominado, também nos ambientes políticos, o conflito entre o senso comum moralista e a lógica corporativa de um partido político. Seja por pragmatismo eleitoral ou por interesse patrimonialista, a elite política nacional (ao menos algumas de suas mais relevantes facções) flerta perigosamente com a silhueta de uma vala comum, onde a conjunção de crises ameaça jogá-la por inteiro”. Mas a elite política não é, e nunca foi nem será, um bloco monolítico, que atua como manada. Crises, além do mais, não significam o fim de tudo ou a

inviabilização geral da nação. “Podem ter o papel pedagógico de atizar o instinto coletivo de sobrevivência, próprio de elites políticas experientes no governo da sociedade”. Por isso, na medida em que a crise política atual avança, mais ganham visibilidade certos atores “cuja estratégia mobiliza o entendimento como método”. Seria este o caso da desenvoltura com que passou a atuar o Vice-Presidente da República e também Presidente do PMDB, Michel Temer, “a quem não tanto a virtù, mas a fortuna transforma em peça importante para a viabilização de um cenário em que o idioma do entendimento pode levar a um desfecho em que a crise é espantada por uma conciliação”.

Paulo Fábio defende a possibilidade de uma solução virtuosa da crise pela via de “um arco de partidos, do governo e das oposições”, que viabilize o controle da economia e a pavimentação de um caminho institucional comum até as eleições de 2018. Nesta engenharia, o PMDB tenderá a jogar papel de relevo, seja em nível mínimo – ao fornecer ao PT melhores condições de governança – ou máximo, ao contribuir para que se articule uma frente política mais ampla que forneça algum vigor para o sistema de governo. Temer não é Renan nem Cunha: é uma espécie de obstáculo à ação desenfreada dos presidentes das duas casas legislativas. Encarna o PMDB “institucional”, com instinto aguçado de sobrevivência e qualificado para interferir com cálculo racional-democrático no cenário político.

O cientista político baiano não sabe “se será o governo ou a oposição (tucanos + PSB, PPS, etc.) quem entenderá primeiro que essa saída passa necessariamente pela atuação (e não pelo descarte) do PMDB institucional, entendimento que aconselha o fortalecimento de Temer e o esvaziamento do poder de Cunha e Renan, o que não é sinônimo, vale dizer, de enfraquecimento do Congresso. Há sinais, embora ambíguos, nos dois campos políticos principais, de que algo começa a se mover na direção dessa compreensão”. Da parte da situação, o governo poderá fazer de Temer “o canal de atendimento de algumas demandas das bases congressuais, como também “terceirizar”, através dele, um diálogo com a oposição”. Os grupos oposicionistas, por sua vez, poderão “encontrar em Temer um emissário junto ao próprio governo para negociar condições de aprovação das medidas de ajuste na economia” e para “construir uma agenda mais ampla, resgatando o discurso da campanha de Aécio Neves, que se pôs como candidato não só do PSDB, mas de um conjunto de forças que querem mudanças na orientação de governo, dentro dos marcos de uma institucionalidade democrática”.

Se passos nessa direção serão dados de fato é algo que não pode ser afirmado agora. Há problemas e dificuldades em boa dose e o tempo é inimigo de todos, para o bem e para o mal. Em ambos os lados já há quem se disponha a correr os respectivos riscos e se mova para o diálogo, mas há também quem jogue contra o diálogo. Falta grandeza e são poucas as lideranças com disposição e competência para fazer a roda girar em sentido positivo. O sentido de urgência ainda não se disseminou e depende da percepção dele a multiplicação de esforços em prol do diálogo democrático. Pequenos acordos ou pactos poderão, assim, evitar que a elite política fique alijada ou sem condições de traduzir em termos políticos e institucionais os desdobramentos da Operação Lava-Jato e o clamor das ruas excitadas.

O também analista político Luiz Eduardo Soares seguiu caminho parecido, numa inspirada postagem feita nas redes sociais (agora no site Gramsci e o

Brasil: <http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=1775>).

Às ponderações de Paulo Fábio, acrescentou uma firme e equilibrada contestação da ideia de “frente de esquerda” apresentada pelo diretório nacional do PT como forma de emprestar oxigênio e poder de comando ao governo Dilma.

Soares percebe que há uma “onda conservadora” crescendo no Congresso, “sob a batuta do que há de pior no PMDB — que ocupou o espaço deixado vazio pela desmoralização do PT e do governo”. Esta onda ameaça as conquistas sociais e os direitos civis e trabalhistas, além de alimentar a “crise provocada pelo bonapartismo arrogante e obscurantista de Dilma”.

Há no quadro atual pressões paralisantes, de caráter defensivo, e pressões mobilizadoras, que de algum modo podem potencializar a participação cidadã. Estas últimas ganharam alento com as manifestações de 15 de março e de hoje, 12 de abril, dando a sensação de que as ruas tenderiam a encurralar o governo. O problema é que os vetores de mobilização ainda não se combinaram com perspectiva política democrática, empurrando os cidadãos para atitudes de mágoa, frustração e ressentimento, facilmente capturadas por forças mais conservadoras e autoritárias, à direita e à esquerda.

A opção pela formação de “frentes de esquerda sectárias, estreitas, enamoradas do chavismo e dos populismos autoritários” não se mostra nem factível, nem particularmente virtuosa, até porque caminha na contramão das tendências em curso. Nas palavras de Luiz Eduardo Soares, a frente esquerdista proposta por parte do PT “é composta por lideranças e partidos que não foram capazes de

enxergar aonde nos conduzia a política econômica desastrosa de Dilma, ao longo do primeiro mandato, e que tampouco compreenderam como e por que a adesão do governo e do PT aos métodos políticos tradicionais, e sua tolerância com a corrupção, aprofundariam o descrédito da política, atingindo o coração da democracia”.

Na melhor das hipóteses, a ideia de que a saída da crise está à esquerda somente tem como efeito a reprodução de um discurso bipolarizado que se vale do simbolismo do “nós” contra “eles” para manter a política em estado de tensionamento moral e turbulência. Pode interessar circunstancialmente ao governo Dilma, mas não sugere nenhuma saída para sua crise. Acima de tudo, não valoriza a necessidade de se defender direitos e conquistas, não dialoga nem com a sociedade nem com seus setores mais indignados, que são literalmente empurrados para a direita.

A conclusão de Luiz Eduardo Soares é semelhante à de Paulo Fábio Dantas Neto. “O futuro a buscar é uma governança transparente, rigorosamente refratária à corrupção, aberta à participação, respeitando os direitos históricos dos trabalhadores, comprometida com a pauta humanista, os direitos humanos, os direitos dos indígenas, com a sustentabilidade e a redução das desigualdades, e refratária a improvisações irresponsáveis de efeitos destrutivos, sob a forma de um capitalismo de Estado ou de um projeto populista desenvolvimentista”.

O momento exige discernimento e pensamento complexo.

Cientistas políticos como os mencionados aqui nos ajudam a pensar e sugerem pistas para que avancemos em termos de diálogo democrático e de ação política de novo tipo.

Enquanto o mundo assiste ao encontro entre Obama e Raul Castro e os brasileiros constatarem que suas dificuldades são bem maiores do que se deduzia do discurso oficial dos últimos anos, faz nenhum sentido insistir no maniqueísmo e ficar gastando energia para saber se foram 100 ou 100.000 os que saíram às ruas para extravasar indignações.

As ruas, sempre as ruas

<http://marinasilva.org.br/as-ruas-sempre-as-ruas/>

Marina Silva - 11 de abril de 2015

Todos estão atentos às manifestações de rua marcadas para este domingo, que darão a medida do descontentamento político do país. Alguns analistas preveem manifestações menores que as do mês passado. A questão não é o número de pessoas. Menos gente nas ruas não significa menor insatisfação; ao contrário, pode até significar um aumento da desesperança, o represamento de uma revolta que pode retornar mais forte depois de algum tempo.

O sistema político se move descolado da sociedade, muitas vezes contra ela, mas não ao ponto de descuidar de sua própria sobrevivência e, por isso mesmo, está bem atento ao que ela antecipa. Agora mais ainda, pois ela antecipa, cada vez mais explicitamente, uma negação do sistema, de seus meios e de seus fins.

Se a sociedade explicita seu desejo, o poder está ainda mais nu. E já não consegue ocultar-se na pele ovina da defesa do interesse público. As medidas contra a crise já nem tem aparência de soluções, tem o claro objetivo de manter, ampliar ou conquistar o objeto de desejo dos que se movem na crise e pescam em suas águas turvas: o poder. Juros altos, inflação escapando a metas e previsões, endividamento das famílias, demissões, descontrole fiscal, corrupção sistêmica e endêmica. Pode haver dúvidas se esses são os elementos da crise ou o receituário para sair dela, mas basta olhar o ambiente político para ver que tudo serve à manipulação, que o objetivo não é sair da crise, mas usá-la.

Mas nem só de poder vivem os homens. E as perdas na vida das pessoas, a fragilização da democracia e a descrença no funcionamento das instituições são realidades que acabam se impondo e tornando a mudança política uma necessidade. O próprio túnel da crise produz uma luz ao seu final.

Assim, torna-se possível vislumbrar o desenvolvimento e a prosperidade, mas num novo modelo institucional. E atualizam-se, com mais dramaticidade, velhos dilemas não resolvidos na história do país. Em duas eleições seguidas – e nos quatro anos entre elas – sustentei com insistência a ideia do “Estado mobilizador” como alternativa à reducionista polarização entre Estado fiscalizador e

Estado provedor, que alinhava em campos opostos neoliberais e desenvolvimentistas – ou quaisquer rótulos com que se tenham acusado mutuamente. Procurava, deste modo, indicar a superação da velha polêmica sobre o tamanho do Estado e colocava o foco no seu relacionamento com as forças sociais e econômicas, que devem ser mobilizadas na construção de um novo modelo de desenvolvimento, sustentável, e de uma gestão pública democrática que aproveitasse as possibilidades oferecidas pelas novas tecnologias de comunicação.

Mas para buscar ou aceitar ideias alternativas é fundamental desfazer-se da ilusão de autosuficiência e de possuir, sozinho, a medida certa e a resposta para a enormidade da crise. E reconhecer erros ou limites nunca foi virtude dos governos anteriores, menos ainda do atual, que em qualquer ação – até nas mais rotineiras e prosaicas – procura sempre localizar inimigos, “eles”, e atribuir-lhes a culpa pelos males do Brasil.

Esse comportamento economiza a lógica. Torna dispensável explicar, por exemplo, como se pode discursar ao lado da ministra de Direitos Humanos pela manhã e demiti-la à tarde. Lançar uma campanha para combater as ofensas e mentiras na internet, sem mencionar que a “guerrilha virtual” – montada na campanha eleitoral e mantida com recursos públicos – é um dos piores exemplos do mal que se deseja combater. Falar em combate à corrupção, orgulhar-se de “deixar” a polícia investigar, sem explicar como é possível dirigir uma empresa por 12 anos levando-a do alto da montanha ao fundo do abismo sem suspeitar que ela estava sendo saqueada.

É na falta de lógica que se assenta o sistema contraditório em que o governo opera. Depois de fazer, nas eleições, a apologia de todo e qualquer tipo de aliança para poder ter maioria no Congresso, e após ter distribuído 39 pedaços do Estado entre os dez partidos da base dita aliada, o único cacife que tem é o de não ter cacife para nada. Sustenta-se porque não tem força para cair.

O governo não está em crise, ele é a crise. Isolado pelos aliados, sabotado por seus próprios integrantes, solapado até pelos que lhe

deram origem, o governo dá respostas atabalhoadas aos problemas, a maioria criados por ele mesmo.

Mas ainda há tempo. O país ainda não afundou em uma crise constitucional e, sejamos justos, essa precária estabilidade deve-se em grande parte ao comportamento comedido e responsável de boa parte da oposição que, embora apoiando e considerando legítima a revolta da sociedade, não se lança na articulação de pretensas saídas que possam gerar o risco de fragilização do processo democrático. Reconheço e quero destacar entre todos o exemplo de lucidez e responsabilidade republicana do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso que, sem abdicar de suas críticas ao governo, tem contribuído para analisar a crise política do país de um ponto de vista mais amplo, alertando para a necessidade de preservar o estado de direito conquistado com o fim da ditadura.

O próprio governo, forçado pelas circunstâncias, acaba aderindo, em alguns setores, a uma agenda republicana que não fazia parte de suas intenções iniciais. Em apenas três meses, mudou cinco ministros e, acertadamente, colocou na pasta da Educação um respeitado acadêmico que tinha e mantém posições críticas e relativa independência política. Assim como o ministro Joaquim Levy na Fazenda, o professor Renato Janine na Educação tem a responsabilidade de dar o exemplo ao restante do governo de como se pode “tocar o barco” ouvindo não apenas as ordens dos comandantes da política, mas também a do imenso número de passageiros e tripulantes e, principalmente, seguindo as leis do mar e as condições reais de navegação.

É pouco, muito pouco, diante de uma crise que anuncia agravamento contínuo e de uma insatisfação tão grande, que saiu às ruas há um mês. Neste domingo, a questão será colocada novamente – e ninguém se engane quanto à força que ela tem, demonstrada ou não.

O protesto fornece à presidente da República mais uma oportunidade de responder diretamente, sem terceirizar sua relação com a sociedade. Terá força e disposição para fazer isso? Espero

que sim. Melhor a fragilidade dos pés de carne e osso das ruas, do que a aparente firmeza do pé-de-barro do marketing.

Com ou sem resposta, as pessoas marcham. E sabem que é melhor marchar, umas ao lado das outras, nas ruas da desaprovação. É melhor andarem juntos, os indignados com a institucionalização da corrupção. É melhor unir-se na desconfiança, abandonando falsas tábuas de salvação oferecidas por quem só sabe repetir-se – e a repetição não produz esperança. Marchar é um alento e os ativistas das ruas, autores de seu próprio movimento, como em todos os tempos no mundo inteiro, só tem a si mesmos, mas sabem que trazem a possibilidade de algum futuro.

As ruas, sempre as ruas, fazem lembrar as palavras de Martin Luther King em seu célebre discurso:

“Permitam-me dizer que, se vocês estão cansados de protestos, eu estou cansado de protestar (...). Mas o importante não é quanto eu estou cansado; a coisa mais importante é nos livrarmos da condição que nos leva a marchar. Senhores, vocês sabem que não temos muita coisa. Não temos dinheiro suficiente. Realmente não temos muito estudo e não temos poder político. Temos apenas nossos corpos, e vocês estão pedindo que abduquemos da única coisa que possuímos quando dizem: ‘Não marchem’.”

O esvaziamento das manifestações e o triunfo da mesmice

ALDOFORNAZIERI – SEG, 13/04/2015 - 07:24



O esvaziamento das manifestações e o triunfo da mesmice, por Aldo Fornazieri

Embora as manifestações de 12 de abril tenham sido significativas, se for tomado como metro as manifestações do dia 15 de março, não há dúvida que ocorreu em enorme esvaziamento. Além da redução do número de manifestantes houve uma diluição do seu impacto político. A tendência de esvaziamento dos protestos, tal como ocorreu em junho de 2013, era previsível. Sem um objetivo central, sem líderes e sem organizações partidárias e da sociedade civil que as sustentem por um tempo prolongado, não há como as manifestações se manterem ativas por um longo período.

Em 2013, os protestos tiveram dois momentos distintos. O primeiro foi liderado pelo MPL e conseguiu uma vitória concreta com a redução das tarifas e o bloqueio da PEC 37. O segundo, capitaneado por um espontaneísmo mais conservador se diluiu em pouco tempo, pois não tinha objetivo a ser conquistado. O mesmo ocorre agora: o “Fora Dilma e o Fora PT” são sentimentos e desejos de pessoas inconformadas com o que acontece no país – algumas movidas por uma vontade sincera de mudanças para melhor, outras ressentidas pelo ódio e um terceiro grupo ainda motivado por uma visão conservadora e retrógrada.

Ocorre que a bandeira do “Fora Dilma” não tem sustentação jurídica e nem política. Não há um fato que fundamente o processo de impeachment. Assim, o desejo do “Fora Dilma” não encontra correspondência na realidade, mostrando os limites dos protestos e atestando sua tendência ao esgotamento. Ademais, junto com o “Fora Dilma e o Fora PT” são proclamadas inúmeras outras bandeiras, algumas corretas, como a punição dos corruptos e outras equivocadas, como o fim do programa “Mais Médicos”.

As manifestações dos dias 15 de março e 12 de abril têm um parentesco maior com a Marcha pela Família de 1964, embora num outro contexto histórico, do que com a Campanha das Diretas e o impeachment de Collor. Tanto a Campanha das Diretas quanto o impeachment de Collor foram mobilizações que tiveram duas singularidades inteiramente diferentes desses protestos de 2015: 1) foram lideradas por organizações da sociedade civil e por partidos políticos e tinham líderes legítimos, reconhecidos pelo povo; 2) elas articulavam as mobilizações de rua com objetivos institucionalmente postos: a emenda das Diretas e o processo de impeachment no Congresso. Ou seja, aquelas manifestações tinham a possibilidade de produzir mudanças políticas e institucionais reais. Outra diferença daquelas manifestações em relação às de 2015 é que

elas eram marcadas com um conteúdo progressista e democratizar, enquanto que as de agora têm vieses retrógrados (defesa do golpe militar) e conservadores (críticas a políticas sociais).

O Limite da Internet e a Vitória da Mesmice

A tendência de esgotamento dos protestos evidencia também o limite da tese de que a internet substitui as organizações partidárias e sociais e a força das ruas. A internet e as redes sociais, como estruturas de uma nova forma de fazer política, se esgotam em si mesmas. O correto é concebê-las como novos meios de mediação e de convocação que devem ser combinados com os meios históricos da ação política, vinculados à organização, à força e à liderança.

A maior parte dos protestos recentes, caracterizados pela convocatória via internet e redes sociais, a exemplo dos Indignados da Espanha, do Occupy Wall Street e as manifestações de 2013, fracassaram. Mais progressistas ou mais conservadores, esses movimentos têm algumas características comuns: são marcados por forte conteúdo antipolítico e antipartidário e são avessos à liderança e à organização. As redes sociais se apresentam, assim, como a potência e, ao mesmo tempo, como o limite desses movimentos. Esses movimentos, embora não sejam sem significado, têm conteúdos difusos e dispersivos e se mostram sem direção, pois não são orientados para alcançar objetivos reais e definidos.

Se o esvaziamento das manifestações produz certo alívio ao governo, não resolve, no entanto, os seus enormes problemas. É verdade que Dilma deu dois passos importantes para sair das cordas: delegou a Joaquim Levy a condução da política econômica e a Michel Temer a articulação política. Oposicionistas tentaram desqualificar e ver uma perda de credibilidade de Dilma nessas duas iniciativas, mas, na verdade, dadas as circunstâncias políticas, foram dois acertos da presidente e uma demonstração de que ela começa a se guiar pelo senso de realidade. Levy está reduzindo desconfianças internas e internacionais sobre o governo. O PMDB tende a reduzir seu grau de rebeldia com Temer no comando político.

Com a economia parada, com a inflação alta, com o aumento do desemprego e com as iniciativas governamentais travadas, o governo precisa dar conta de dois enormes desafios: a) convencer a sociedade e o Congresso de que o ajuste fiscal é necessário e de

que ele é condição para a retomada do crescimento econômico; b) criar condições políticas no Congresso para garantir a aprovação de projetos e medidas que garantam a governabilidade. Se o governo for capaz de transitar por essas duas tormentas sem sucumbir, criará condições para chegar de forma razoável até 2018. Por outro lado, existe o enorme passivo moral do PT e do próprio governo, algo mais difícil de enfrentar. O governo, contudo, tem uma válvula de escape. Já o PT não parece dar mostras de que tem capacidade de reagir para reposicionar-se na conjuntura.

A oposição, por sua vez, sequer consegue colocar-se a reboque das manifestações. Contaminada por passivos morais, tem poucas credenciais para bancar movimentos de rua. Não é bem recebida sequer naqueles que existem e não se mostra capaz de apresentar saídas para a crise. Feitas todas as contas, parece que o Brasil, apesar dos humores inflamados, vai continuar em sua trágica normalidade e nada de significativo emergirá da crise ou das manifestações. Esse desencanto é o modo de vier próprio da nossa sociedade enquanto a esperteza de políticos e de empresários inescrupulosos continua em festa, ora de forma explícita e ostensiva e ora de forma camuflada e dissimulada. Seja como for, o dinheiro público continua pagando a festa.

Aldo Fornazieri – Professor da Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

De 15/03 A 12/04

<https://www.facebook.com/marcoantonio.carvalhoteixeira/posts/10205566240368423?fref=nf&pnref=story>

Marco Antonio Carvalho Teixeira

13 de abril às 11:55

Trago aqui três questões que julgo importantes acerca dos protestos de ontem e seus prováveis desdobramentos.

1) Não mudou em quase nada o sentimento extremamente negativo contra o governo. O Datafolha mostra que apenas 13% aprovam a atual gestão Dilma, número igual a pesquisa anterior. Em que pese haver mais esclarecimentos acerca da complexidade que cerca pedidos de impeachment, a maioria dos entrevistados, segundo o Datafolha, quer o afastamento da presidente, mesmo não havendo, até o momento nada que justifique tal pedido;

2) Realmente a adesão aos protestos foram bem menores em

termos numéricos e em número de cidades conforme acaba de divulgar o UOL. Todavia, os movimentos que lideram as manifestações buscam agora estabelecer interlocução com a institucionalidade política para desencadear uma ação mais organizada e dentro das regras do jogo. Isso é positivo por reforçar o processo democrático baseado nas regras e no papel das instituições e, também, por afastar grupos mais extremados, que por exemplo pedem intervenção militar, e que assustam pessoas – como eu – que rejeitam qualquer saída que não seja pela via da democracia;

3) Sobre isso, postei ontem após as manifestações uma reportagem do Estadão – que já deletei - mostrando algumas pessoas saudando o Bolsonaro como presidente durante um dos vários protestos. Alguns amigos, que eu respeito muito, me criticaram de forma absolutamente respeitosa alegando que eu estava misturando a ação de um pequeno grupo com a demanda mais geral daqueles que protestam contra as mazelas do atual governo, mas prezam muito pela democracia. Realmente, o pequeno texto que redigi levava a essa interpretação. Peço desculpas a Gilda [Gilda Figueiredo Portugal Gouvea](#), a [Rodrigo Da Cunha Lima II](#). Ter uma TL plural permite receber críticas e reparar erros, essa também é uma das belezas do debate democrático que todos independente da posição política devemos prezar. abs a todos.

Políticos comentam as manifestações de 12 de abril; saiba o que disseram

Aécio Neves (PSDB-MG) afirmou: 'PT impõe à sociedade a pior equação'.

Vice-presidente Michel Temer disse que governo tem que estar atento.

Do G1, em São Paulo



Parlamentares de governo e oposição avaliaram as manifestações deste domingo (12) contra o governo Dilma Rousseff e a corrupção.



- [tempo real](#)
- [mapa com estimativas](#)
- [fotos: nacional](#)
- [fotos: são paulo](#)
- [fotos: rio de janeiro](#)

- **repercussão**

Aécio Neves, senador (MG), presidente nacional do PSDB:

"O PSDB se solidariza com os milhares de brasileiros que voltaram às ruas e ocuparam as redes sociais neste

domingo para, mais uma vez, legitimamente, manifestar seu repúdio e indignação contra a corrupção sistêmica que envergonha o país e cobrar saídas para o agravamento da crise econômica. Além da crise ética e moral, o governo do PT impõe à sociedade a pior equação: recessão com inflação alta, juros altos e corte de investimentos nas áreas essenciais da educação e saúde (...). Neste domingo de mobilizações pelo país, o PSDB se une aos milhares de brasileiros que amam o Brasil e que, por isso, dizem não ao governo responsável pelo caminho tortuoso que, neste momento, todos trilhamos". **Veja mensagem na íntegra.**

Michel Temer (PMDB), vice-presidente da República:

O vice-presidente da República, **Michel Temer, disse que o fato de as manifestações deste domingo (12) terem reunido menor número de pessoas do que em março não significa que elas têm menor importância.** As declarações foram confirmadas pelo G1 com a assessoria de imprensa do vice-presidente.

No velório do ex-ministro Paulo Brossard, em Porto Alegre, Temer declarou: "O governo está prestando atenção a estas manifestações. Elas revelam, em primeiro lugar, vou dizer o óbvio, uma democracia poderosa. Mas em segundo lugar, que o governo precisa identificar quais são estas reivindicações e atender estas reivindicações. É isso que o governo está fazendo".

José Guimarães (PT-CE), líder do governo na Câmara, em entrevista para o Fantástico:

"A presidente Dilma está calcada em 54 milhões de brasileiros que a reelegeram para governar o Brasil por 4 anos. Essa ideia de impeachment não se coaduna. Ela não encontra legitimidade e nem ao menos elementos jurídicos para a sua concretização."

Marina Silva, ex-senadora e ex-ministra do Meio Ambiente, em mensagem publicada em seu blog no sábado, 11:

"Menos gente nas ruas não significa menor insatisfação; ao contrário, pode até significar um aumento da desesperança, o represamento de uma revolta que pode retornar mais forte depois de algum tempo (...). O governo não está em crise, ele é a crise. Isolado pelos aliados, sabotado por seus próprios integrantes, solapado até pelos que lhe deram origem, o governo dá respostas atabalhoadas aos problemas, a maioria criados por ele mesmo (...). Com ou sem resposta, as pessoas

marcham. E sabem que é melhor marchar, umas ao lado das outras, nas ruas da desaprovação. É melhor andarem juntos, os indignados com a institucionalização da corrupção. É melhor unir-se na desconfiança, abandonando falsas tábuas de salvação oferecidas por quem só sabe repetir-se – e a repetição não produz esperança. Marchar é um alento e os ativistas das ruas, autores de seu próprio movimento, como em todos os tempos no mundo inteiro, só tem a si mesmos, mas sabem que trazem a possibilidade de algum futuro". [Veja mensagem na íntegra](#)

Mendonça Filho, líder dos Democratas na Câmara:

"As mobilizações são um fato social com dinâmica própria. Assim como no 15 de março, milhares de brasileiros foram para rua hoje. Desta vez, em um número maior de cidades, embora em quantidade menor de participantes. O que não muda em nada a força dos protestos, que são uma realidade. O PT querer desqualificar esse movimento é tentar tapar o sol com a peneira. Participei como cidadão e constatei nas ruas a grande insatisfação de todos os segmentos da sociedade com a situação do Governo, sob o comando do PT"



Flávio Dino comenta as manifestações por Twitter (Foto: Reprodução/Twitter)

Flávio Dino (PCdoB), governador do Maranhão, no Twitter:

"Foto que diz tudo sobre a apologia a crimes. Sou contra a corrupção e contra golpismos". [Veja mensagem](#)

Sibá Machado, deputado (AC), líder do PT na Câmara dos Deputados:

[Em entrevista para o site do PT](#), o deputado afirmou que houve um "arrefecimento" dos protestos. "Pode não ter uma terceira edição (dos

atos contra o governo)". E que a reestruturação da Petrobras e mudança na articulação política, com a entrada de Michel Temer podem ter levado menos pessoas às ruas. "A mexida na articulação política do governo com a inclusão de Michel Temer tem sido vista de forma positiva".

Em entrevista para o Fantástico, o deputado declarou: "[O impeachment] é ilegal e não tem ambiente na política, na conjuntura, na economia. Nenhum tipo de amparo. Acho que tem pessoas se aproveitando das manifestações e de um setor da sociedade, especialmente, na classe média que tem anseios sobre todas essas coisas e que alguns se aproveitando disso, tem falado nesses temas".

BH: pesquisa mostra que manifestantes foram às ruas contra o PT e os avanços sociais

Segundo estudo da UFMG, um terço dos que foram ao centro da capital mineira considera que mulheres, negros e homossexuais têm 'direitos demais' e mais da metade é contra cotas sociais

por Rodrigo Gomes, da RBA publicado 14/04/2015 14:12, última modificação 14/04/2015 14:47

<http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2015/04/para-professora-manifestantes-do-domingo-foram-as-ruas-contra-avancos-sociais-2059.html>

ALBERTO WU/FUTURA PRESS/FOLHAPRESS



Manifestações de ódio ao PT têm sido a tônica dos protestos organizados por grupos conservadores pelo país

São Paulo – Os cerca de 2,5 mil manifestantes que foram à Praça da Estação, no último domingo (12), em Belo Horizonte, foram motivados por um forte sentimento de rejeição ao PT, mas também por severa intolerância às políticas de inclusão social implementadas nos últimos 12 anos. Essa é uma das conclusões de uma pesquisa realizada pelo grupo de estudos Opinião Pública, Marketing Político e Comportamento Eleitoral, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com 348 manifestantes, cujo objetivo foi traçar um perfil ideológico dos participantes.

“Existe muita resistência à ideia de avanços sociais e de extensão de direitos às minorias. A rejeição ao PT deriva também de ser, até então, o partido mais comprometido com a ideia de igualdade”, avalia a professora de Ciências Políticas e coordenadora do grupo, Helcimara Telles. A maior parte dos manifestantes era branca, com ensino superior completo e renda acima de cinco salários mínimos. Esse último dado, no entanto, acabou não sendo compilada, porque as pessoas começaram a evitar revelar a renda “para não parecer que só tem rico protestando”, disse a professora.

Pelo menos um terço dos manifestantes (36,1%) acha que negros, mulheres e homossexuais “têm direitos demais”. A pesquisa mostra que 70,1% são contra as cotas raciais, 77,8% avaliam que os programas assistências deixam as pessoas preguiçosas e 70,7% são contra o programa Mais Médicos. A maioria do grupo também

avalia que pobres são desinformados (75,6%) e que os nordestinos têm menos consciência política (56,8%).

Para 78%, o Brasil está pior do que estava há dez anos, o que seria culpa do PT, que faz “um grande mal para o país”, segundo 90,6% dos que protestavam domingo. Somente 33,6% declararam ter ido protestar contra a corrupção e 92% querem o impeachment da presidenta Dilma Rousseff.

“O sentimento é derivado de uma falha do partido, do próprio governo, de ser mais efetivo no combate à corrupção. Mas existe uma parcela dos manifestantes que resiste fortemente ao PT por conta das políticas desenvolvidas nesse tempo no poder. O partido é odiado pelo que fez de ruim, mas também pelo que fez de bom”, explicou Helcimara.

Para a professora, chama a atenção a inserção de pautas conservadoras no discurso dos manifestantes, ao mesmo tempo em que defendem certos valores tidos como democráticos. São 92,6% os que consideram a liberdade de expressão fundamental para a sociedade e 91,2% são contra o fechamento do Congresso Nacional.

Ao mesmo tempo, 46,6% defendem que seja aplicada pena de morte no país, e 61,4% do total defendem o porte de armas para os cidadãos. Defendem a redução da maioria penal 81,5% e 42% apoiam uma intervenção militar em caso de caos social. Outros 30% acreditam que todos os partidos políticos devam ser extintos para a criação de novas legendas.

“Temos um perfil, ideologicamente, bastante conservador. É clara a descrença no sistema político, inclusive no próprio resultado da eleição. Temos um caldo autoritário que está crescendo no país e que pode levar ao surgimento de lideranças e de candidatos 'outsiders', que consigam articular esses sentimentos”, explicou a professora.

Segundo Helcimara, é difícil saber quem seria o herdeiro político dessa insatisfação, caso os protestos cresçam e atinjam o objetivo declarado, que é o impeachment da presidenta Dilma.

O candidato derrotado à Presidência da República pelo PSDB, Aécio Neves, foi o escolhido na última eleição por 81% dos manifestantes. Mas, no domingo, somente 50% declararam que votariam nele novamente. Ao mesmo tempo, são expressas

intenções de voto no ex-presidente do Supremo Tribunal Federal Joaquim Barbosa e no deputado federal Jair Bolsonaro (PP-RJ).

Quem afundará primeiro: a imprensa ou a política?

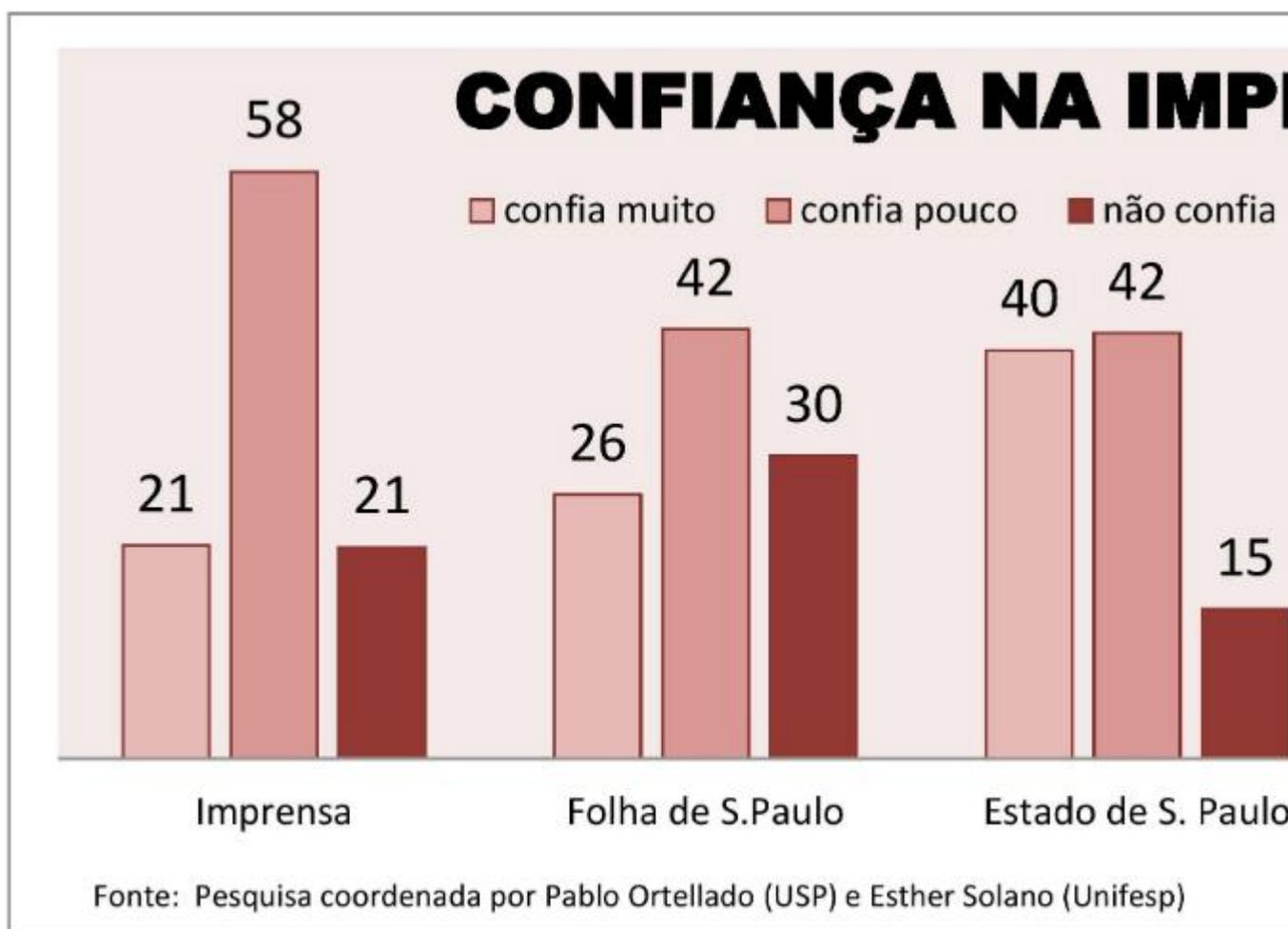
Por: [Eduardo Nunomura](#) - Data: 16 abr 2015

http://farofafa.cartacapital.com.br/2015/04/16/quem-afundara-primeiro-a-imprensa-ou-a-politica/?utm_content=bufferdddc2

A crise de legitimidade da imprensa é medida em números. Metade dos leitores de Folha de S.Paulo, O Globo e O Estado de S. Paulo, os três maiores jornais do país, e metade dos telespectadores do Jornal Nacional, da TV Globo, nunca ou poucas vezes confiam no noticiário apresentado diariamente. E 54% dos leitores da revista Veja desconfiam das páginas publicadas. Os dados são da Pesquisa Brasileira de Mídia (PBM), da Presidência da República, o estudo de recepção mais abrangente e representativo da população já realizado.

Esses são, na verdade, os números otimistas, o meio copo cheio da história. Um [estudo](#) coordenado por **Pablo Ortellado**(USP) e **Esther Solano** (Unifesp) aponta que a imprensa não goza da confiança dos manifestantes que foram à Avenida Paulista, em 12 de abril, protestar contra o governo **Dilma Rousseff**. Nada menos que 78,6% dos pesquisados disseram não confiar na imprensa. O Jornal Nacional (O Globo ficou de fora) teve a pior reputação entre

esse público:



Nas duas últimas semanas, [Veja](#), [Folha de S. Paulo](#) e [O Estado de S. Paulo](#) promoveram cortes em massa de jornalistas. A principal justificativa é a perda de arrecadação publicitária – com a queda de anúncios, manter uma folha de salários elevada das redações se torna insustentável. Mas o problema está ligado muito mais à crise de legitimidade apontada acima – as vítimas, contudo, foram os colegas que tiveram seus empregos ceifados da noite para o dia. O jornalista **Ricardo Kotscho**, em [aula magna](#) na Universidade Metodista, no último dia 16 de março, resumiu o tamanho da encrenca do jornalismo: “Criou-se imenso abismo entre a imprensa e o país, um cada vez mais distante do outro, vivendo realidades completamente diferentes.” Naquele dia, Kotscho lembrou, ainda, da fala da então presidente da Associação Nacional dos Jornais, **Judith Brito**, para quem a grande imprensa teria assumido a liderança da oposição, gerando o desequilíbrio na relação dos poderes.

Questão de ordem: se nem mesmo quem mais deseja que Dilma seja despachada do Palácio do Planalto confia na imprensa, que é

quem hoje a principal ataçadora do discurso crítico ao governo, o que esses principais veículos de comunicação podem fazer para sair da armadilha que criaram contra si? A política já está afundando, mas arrastará com ela a imprensa?



Manifestante com carta da revista Veja se posta diante da Tropa de Choque da PM no dia 12 de abril – Foto: Eduardo Nunomura

Observando os microdados da PBM de 2014 (os de 2015 ainda não foram liberados), uma constatação se destaca. A desconfiança dos três principais jornais impressos, do maior telejornal e da revista de maior circulação prevalece sobre a confiança que depositam na imprensa entre as pessoas de renda familiar superior a R\$ 6.780,01.

(A PBM entrevistou mais de 18 mil brasileiros para saber os hábitos de consumo de mídia. Cerca de 80% das pessoas se informam primeiro pela televisão, 12,9% pela internet, 6,2% pelo rádio, 1,9% pelos jornais e 0,4% pelas revistas impressas. Para as comparações acima, foram examinadas as respostas de 3.661 entrevistados pela PBM que indicaram Folha de S.Paulo, O Globo, O Estado de S.Paulo, Veja e Jornal Nacional como suas principais fontes de informação.)

Alunos de jornalismo me questionam aflitos sobre o que vai ser o futuro da profissão, e só posso lhes dizer para resistirem. Costumo devolver esse drama com perguntas como: Quantos leem jornais e revistas ou assistem o noticiário televisivo? Quanto horas por dia dedicam para se informar pelos meios tradicionais, um jornal, por exemplo? Menos de 30 minutos, respondem alguns. E quanto tempo ficam no Facebook ou em outras redes sociais? Dizem o dia todo, mas procuro ser mais criterioso. O quanto ficam interagindo, lendo links compartilhados e vendo vídeos na plataforma? Reduzem para algo entre 3 e 4 horas por dia.

New York Times, National Geographic e BuzzFeed estão fechando acordos com o Facebook para publicarem diretamente suas reportagens como posts. É um caminho natural quando a montanha não vai a Maomé.

Pode ser uma saída para a imprensa brasileira, embora nem lá fora a mídia americana deposita todas suas moedas nesse cofrinho. Só que não é fazendo jornalismo-postagem que se encherá a outra metade do copo. É preciso retomar a credibilidade do jornalismo, um ingrediente visivelmente em falta para leitores, ouvintes e telespectadores.

Na quarta-feira, vi no Twitter que o Jornal Nacional tinha uma audiência na casa dos 22% na Grande São Paulo. Já foi de 40 pontos, uma década atrás. A soma das novelas Chiquitita (SBT), Os

Dez Mandamentos (Record) e Mil e Uma Noites (Bandeirantes), exibidas no mesmo horário, supera a audiência do maior telejornal da Globo. O público tem feito suas escolhas.

Nem governo nem oposição

- [Eliane Cantanhêde](#)
17 Abril 2015 | 07h 20

Desde junho de 2013, quando se gritava contra tudo e contra todos, a novidade é que as ruas foram afunilando para um único foco: o “fora Dilma, fora PT”. Mas, para além do que é dito e escrito em faixas e cartazes, o recado das bandeiras verdes e amarelas é que, se não há governo, também não há oposição.

Esse buraco político, exposto a sol aberto pelas manifestações, cria uma situação esquizofrênica: o PMDB consegue ser as duas coisas ao mesmo tempo, governo e oposição, sofrendo de múltiplas personalidades. Tem a Vice-Presidência e uma penca de ministérios, mas é o partido que vai contra tudo o que o governo apresenta ao Congresso. Com uma das mãos, maneja a caneta do poder. Com a outra, apedreja o Planalto.

Tem-se assim que, enquanto o PT esfarela a olhos vistos e o PSDB não sabe bem o que fazer com essa batata quente do impeachment, o PMDB cresce, engorda, ocupa os espaços e pauta as manchetes, para o bem e para o mal.

Talvez mais para o mal: sua visão de sociedade é conservadora, retrógrada, e nunca fica exatamente claro se suas vitórias são por mera implicância com Dilma e por simples queda de braço com o PT, ou se há nelas uma busca real do que é melhor para o País. Você decide.

Até pela circunstância de que o PT está ladeira abaixo na avaliação popular e o PMDB está ladeira acima no poder, assistir ao “fora Dilma, fora PT”, de Norte a Sul, causa uma certa aflição. Se Dilma sai, quem é mesmo que assume? A maioria dos cidadãos e cidadãs não sabe, mas os líderes políticos têm a obrigação de saber. E eles estão perplexos e confusos.

Em vez de o PSDB liderar as manifestações, elas é que começam a comandar os passos do PSDB. É por causa delas e das pesquisas que os tucanos se uniram a PPS, DEM, PV e SD para passar a defender o impeachment, correndo atrás das ruas. Pelo Datafolha, 63% dos entrevistados são a favor do afastamento da presidente Dilma Rousseff. Mesmo sem querer, não há como a oposição fingir que não sabe, não viu, não ouviu.

Então, há ou não governo? O PT, partido da presidente, critica dia e noite o Planalto, enquanto o poder é dividido por três: Dilma tem 33%, se tanto; o vice Michel Temer tem 33%, no mínimo; e o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, tem 33%, com margem de erro oscilando para cima ou para baixo de acordo com os avanços do ajuste fiscal.

E há ou não oposição? A maioria da população fala sem pruridos em impeachment e renúncia, e milhões, ou milhares, vá lá, estão nas ruas gritando “fora Dilma”, mas o maior partido de oposição fica em casa e, assim, passa a ser um garantidor do mandato da presidente.

Ao que conste, governistas defendem o governo e oposicionistas fazem oposição a ele. Não tem sido assim, nem de um lado nem do outro, mas os movimentos unificados contra Dilma pressionam fortemente, e agora ao vivo, os líderes tucanos e seus aliados a se assumirem efetivamente como oposição. É daí que, apesar da cautela de Fernando Henrique Cardoso, o tom do PSDB mudou em relação a Dilma.

E, enquanto aguardam os pareceres encomendados a juristas sobre motivos legais para o impeachment, as oposições acabam de ganhar um reforço e tanto: o Tribunal de Contas da União diz que o uso de bancos públicos para dar jeitinho nas contas públicas caracteriza crime de responsabilidade. Por enquanto, o dedo acusatório é estendido para o ex-ministro da Fazenda Guido Mantega. Mas ele tinha chefe, ou seria “chefe”? Assim, essa posição do TCU só sacode ainda mais as coisas, numa hora de governo parado, PT de marcha-a-ré e oposição acelerando para se fundir ali adiante aos movimentos pró-impeachment.

Então, vamos deixar ainda mais claro: por vias transversas, a presença do PMDB ajuda Dilma a se equilibrar no poder. Trocar o PT pelo PMDB? Trocar Dilma pelo trio Temer, Eduardo Cunha e Renan Calheiros? Há muito o que refletir sobre isso.

13/10/2014 22:51

Squaremas petistas e luzias tucanos

Desde o Império, os luzias acusam os squaremas de autoritários, patrimonialistas, corruptos e adoradores do Estado, sendo por eles acusados de elitistas, privatistas, moralistas e entreguistas

Um clichê político sustenta que somos um povo sem tradições e que os partidos brasileiros são farinha do mesmo saco. Esta eleição — a sexta que opõe candidatos do PT e do PSDB — sugere o equívoco desse clichê. Nossa cultura política reconhece duas tradições ideológicas dominantes desde quase a independência do país: de um lado, o nacional-estatismo; de outro, o cosmopolitismo liberal. Essa dicotomia se estabeleceu de modo claro quando se firmou no Império a oposição entre squaremas e luzias em torno de propostas alternativas de superação do atraso nacional. Desde então, ambas as tradições vieram, de forma quase despercebidas e adaptado às transformações da sociedade brasileira e à sua democratização.

Desde Bernardo de Vasconcelos e o Visconde de Uruguai a tradição squarema defende um Estado fortalecido, centralizado e orientado dentro e fora do país por ideais nacionalistas, capaz de intervir no domínio socioeconômico. Era o único meio de salvaguardar os interesses da população contra a mesquinhez de nossas egoístas oligarquias e da cobiça das grandes potências estrangeiras. No plano internacional, vê na afirmação da atuação autônoma do Brasil o passaporte para a sua força e hegemonia na América do Sul. Recuperado na década de 1930 na forma de um nacional-desenvolvimentismo atuante, o nacional estatismo recuperou a simpatia de que sempre gozou junto ao funcionalismo público, e ainda dos sindicatos simpáticos ao trabalhismo e quase todos os setores menos favorecidos da população.

Já os luzias desde Diogo Feijó e Tavares Bastos preferem um Estado mínimo, de federativo estadualista, e orientado por um ideal americanista de país. Seu cosmopolitismo liberal acreditava nas virtudes da autorregulação da sociedade e do mercado, atribuindo a fraqueza da sociedade ao peso supostamente excessivo do Estado. Por isso queriam a abertura do país ao capital estrangeiro, a descentralização política e o fim das intervenções do Estado no campo das atividades econômicas. No plano internacional, viam o êxito de

Brasil associado à direção nela impressa pela Inglaterra e depois dos Estados Unidos. Esta tem sido a ideologia favorita da “sociedade civil”, isto é, dos senhores de engenho, empresários, juristas e profissionais liberais.

Na história brasileira, representantes das duas mentalidades vêm se revezando regularmente no poder, primeiro pelas mãos da Coroa, depois dos militares e, ultimamente, do eleitorado. Desde 1945, o nacional-estatismo vigorou no formato desenvolvimentista que lhe deram os progressistas do PTB de Getúlio, Jango e Brizola, mas também os conservadores do governo Geisel. Já o cosmopolitismo liberal foi brandido por próceres conservadores da UDN, desde Armando de Sales Oliveira a Carlos Lacerda, e também durante o governo Castelo Branco.

Nas atuais eleições, Dilma representa, no centro-esquerda, a linhagem nacionalista que o PT, uma vez no governo, herdou do velho PTB de Brizola. Na centro-direita, Aécio encarna o liberalismo cosmopolita que o PSDB de Fernando Henrique, quando ocupou o Planalto, herdou da UDN de Lacerda. Orientado pelo valor da igualdade, o nacionalismo estatista dos petistas aposta em um Estado atuante, capaz de reduzir as desigualdades sociais, enquanto o cosmopolitismo liberal dos tucanos, mais inclinado ao valor da liberdade do indivíduo, aposta na auto-organização da sociedade e do mercado. Desde o Império, os luzias acusam os saquaremas de autoritários, patrimonialistas, corruptos e adoradores do Estado, sendo por eles acusados de elitistas, privatistas, moralistas e entreguistas.

No dia 26 de outubro a população decidirá se os atuais saquaremas ficam mais quatro anos, ou se, girando a roda da fortuna, trará os luzias de volta ao poder.

** Professor do IESP-UERJ e pesquisador da Fundação Casa de Rui Barbosa*

Leia mais sobre esse assunto em <http://oglobo.globo.com/brasil/saquaremas-petistas-luzias-tucanos-14238164#ixzz3XZT7rw64>

© 1996 - 2015. Todos direitos reservados a Infoglobo Comunicação e Participações S.A. Este material não pode ser publicado, transmitido por broadcast, reescrito ou redistribuído sem autorização.

Quanto mais "rua", melhor

Marcelo Barbosa – www.desenvolvimentistas.com.br

O fracasso – em termos – dos protestos dos setores da chamada direita, no último dia 12 de abril, pôs fim a uma conjuntura singular na recente história do Brasil.

Pode-se aprender muito com o episódio.

Durante cerca de 100 dias, o centro político foi seqüestrado, com eficiência, pela pregação dos

contingentes mais reacionários (quando não abertamente fascistas) do pensamento social. Uma franja ideológica em crescimento qualitativo e quantitativo que se encontrava em hibernação desde o pré-64.

O resultado dessa ofensiva?

A formação de uma vaga autoritária a percorrer, quase por igual, todos os níveis da sociedade brasileira, inclusive o Congresso.

Ainda em plena vigência, o processo de contágio obscurantista perdeu, no entanto, impulso. De fato, a presidenta Dilma, pelo visto, agiu bem nas últimas duas semanas: “mexeu” corretamente no ministério, voltou a disputar o PMDB com a *bête noire* da República, Eduardo Cunha. Por fim, abriu-se ao diálogo com os movimentos sociais e o sindicalismo que, em boa hora, retornaram às ruas (ainda que de forma insuficiente). Duas lições pairam no ar.

A primeira, para o Governo: é impossível continuar patrocinando medidas antagônicas aos interesses de sua base social, a exemplo do ajuste fiscal proposto nos termos do ministro Levy.

A outra para nós, engajados na parcela que apóia – de forma evidentemente crítica – a atual ordem: só a esquerda, sozinha, sem o aporte do centro político, não tem como sustentar esses governos cujo ciclo iniciou-se com a posse do operário de São Bernardo, em janeiro de 2003.

Publicado no [blog do Algo a Dizer](#).

Marcelo Barbosa é doutor em Literatura Comparada pela UERJ e diretor-coordenador do Instituto Casa Grande (ICG)

